

MINISTÉRIO DA CIDADANIA APRESENTA

Índice de Democracia Local

São Paulo, SP

2 0 1 9

Í N D I C E . D E
D E M O C R A C I A
L O C A L .



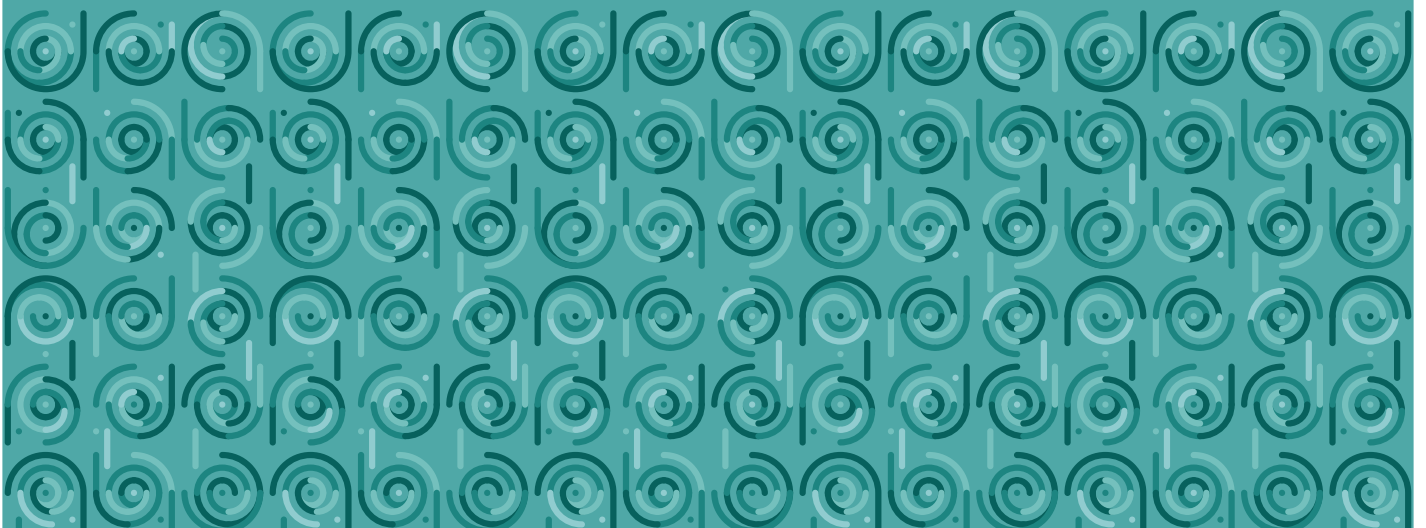
“ A democracia sem dúvida é o regime político em que é possível o exercício da cidadania e dos direitos humanos. Diante da polarização e falta de tolerância com o diferente em nível mundial, nunca foi tão necessário o fortalecimento da democracia e de uma política virtuosa para encontrarmos o desenvolvimento sustentável.

A importância do Índice de Democracia Local é imensa, pois, além de ser uma metodologia inédita que mede a qualidade da democracia respeitando as diferenças locais, o trabalho mergulha nas principais dimensões que retratam uma democracia forte, permitindo, assim, a visão de um diagnóstico comum e consequentemente a realização de ações assertivas para mudar a realidade”.

GAZETA DO POVO

A Votorantim é uma empresa brasileira que, ao longo de sua história centenária, contribui permanentemente para o desenvolvimento do País e das pessoas, comunidades e regiões em que atua. Ao apoiar ações como o Índice de Democracia Local, a empresa tem por objetivo fortalecer o senso de cidadania, a cultura democrática nacional e contribuir para a sustentabilidade institucional no Brasil.

VOTORANTIM



MINISTÉRIO
DA CIDADANIA
APRESENTA

2	0	1	9
---	---	---	---

Índice de Democracia Local

São Paulo, SP



ÍNDICE · DE
DEMOCRACIA
LOCAL ·

SUMÁRIO

06

PREFÁCIO

08

ABERTURA

09

AGRADECI-
MENTOS

10

SUMÁRIO
EXECUTIVO

13

NOTA METODO-
LÓGICA IDL-SP
2019

15

RESULTADOS
DE SÃO PAULO,
SP

19

ANÁLISE DOS
DADOS**20 /**

52,8% dos entrevistados que veem a democracia como a melhor forma de governo aceitariam relativizá-la

23 /

3 em cada 4 paulistanos não confiam em instituições fundamentais da democracia representativa

26 /

Paulistanos com maior grau de conhecimento político tendem a ser mais participativos

29 /

Cidadãos que se informam por fontes plurais tendem a cultivar maior apreço pela democracia

31 /

Entrevistados menos escolarizados e residentes em regiões mais pobres tenderiam a não votar caso o sufrágio fosse opcional

34

CONFIAR E
CONHECER:
DOIS
REQUISITOS
PARA
EXERCITAR
CULTURA
DEMOCRÁTICA

37

ANEXO:
RAIO-X DAS
REGIONAIS**36 /**

I. Centro

38 /

II. Leste-1

40 /

III. Leste-2

42 /

IV. Norte-1

44 /

V. Norte-2

46 /

VI. Oeste

48 /

VII. Sul-1

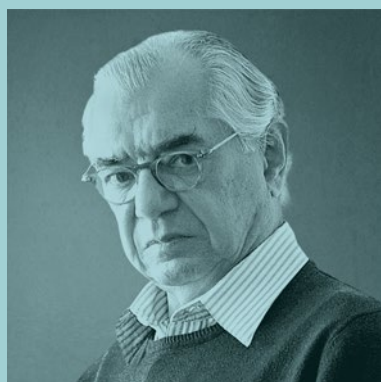
50 /

VIII. Sul-2

54

REFERÊNCIAS

PREFÁCIO



Prof. Dr. José Álvaro Moisés

Professor Titular de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP)

O Instituto Sivis apresenta neste relatório os resultados de uma pesquisa inédita sobre o estado da democracia na cidade de São Paulo. A iniciativa envolveu a aplicação do Índice de Democracia Local (IDL), idealizado pelos pesquisadores do Instituto com o objetivo de medir o funcionamento da democracia em metrópoles brasileiras como São Paulo. O IDL está estruturado em torno de cinco dimensões constitutivas do regime democrático, a saber, Processo Eleitoral, Liberdades e Direitos, Funcionamento do Governo Local, Participação Política, e Cultura Democrática. O Instituto ouviu 32 especialistas e 2.417 eleitores de São Paulo sobre essas dimensões com o objetivo de realizar uma análise abrangente e representativa do estado da democracia em nível local.

A iniciativa se insere no contexto de crise da democracia representativa que assola, nos dias atuais, um grande número de países e, inclusive, casos como o do Brasil, que passaram por processos recentes de democratização, mas que ainda não estão completamente concluídos, e que, por isso mesmo, não estão livres de riscos de reversão. Um dos focos mais importantes dessa crise – embora não seja o único – é precisamente o sentimento majoritário de enormes contingentes de eleitores de que o regime democrático não entrega o que promete, ou seja, não resolve satisfatoriamente os principais desafios experimentados pela população nos dias atuais, como a pobreza, a perda de renda, o desemprego, e a insegurança pública. Como sabemos, isso representa uma enorme limitação de uma das mais importantes promessas da democracia, ou seja, a noção de que os cidadãos, como membros da comunidade política, podem influenciar os rumos de suas sociedades e, assim, efetivar o princípio de autogoverno.

A percepção negativa da democracia por muitos cidadãos – evidenciadas, por exemplo, nas manifestações de junho de 2013 – deriva tanto de fatores macroeconômicos e políticos, a exemplo dos efeitos da globalização e da internacionalização da economia – e da consequente perda de sentido do pertencimento nacional –, como de variáveis institucionais específicas de cada país, a exemplo do colapso do sistema partidário e dos déficits do sistema de representação política. No caso do Brasil, mais de 90% dos eleitores não se identificam com nenhum partido político, e a maioria de entrevistados de pesquisas de opinião realizadas em 2006, 2014 e 2018 não se sente representada no sistema político como um todo¹.

1. Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisas de Políticas Públicas da USP e pelo Centro de Opinião Pública da Unicamp, coordenadas por José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello.

O resultado geral desse quadro envolve, por uma parte, um cenário de relativa anomia, em que muitos membros da comunidade política negam ou hesitam em manter as referências fundamentais acordadas pelo pacto constitucional, como regras supostamente consensuais de funcionamento da sociedade e da política; e, por outra, os resultados eleitorais que propiciaram, em tempos recentes, a emergência de líderes e de governos populistas, cujo desempenho tem colocado em risco a sobrevivência da democracia em diferentes partes do mundo.

A iniciativa do Instituto Sivis vai de encontro a esses desafios contemporâneos, e é especialmente louvável que a busca de novas significações do regime democrático se volte para dimensões pouco estudadas e pouco atendidas, capazes de articular a aproximação entre as pessoas comuns e as estruturas e dinâmicas de funcionamento do regime. As cinco dimensões mencionadas se referem, precisamente, ao *modus operandi* do poder local, ou seja, ao *locus* onde as decisões que afetam a vida das pessoas comuns são tomadas, e visam a produzir dados e indicadores sobre a gestão e a sustentabilidade do regime democrático nas cidades brasileiras. O IDL quer facilitar, assim, o embasamento e o monitoramento do impacto de políticas públicas adotadas por governos democráticos, provocando a necessária reflexão

de responsáveis do Poder Público e da sociedade civil para a importância da cultura democrática.

Faz todo sentido, portanto, que uma iniciativa voltada a revitalizar a capacidade do regime democrático de reconstruir a conexão de suas estruturas fundamentais com a cidadania examine, precisamente, as condições de funcionamento da democracia local. É um passo indispensável para redefinir uma dimensão essencial do conceito de cidadania democrática, ou seja, aquela que revaloriza tanto o pertencimento à comunidade política, como o papel ativo dos cidadãos no funcionamento do regime político.

“O IDL QUER FACILITAR, ASSIM, O EMBASAMENTO E O MONITORAMENTO DO IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS POR GOVERNOS DEMOCRÁTICOS, PROVOCANDO A NECESSÁRIA REFLEXÃO DE RESPONSÁVEIS DO PODER PÚBLICO E DA SOCIEDADE CIVIL PARA A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DEMOCRÁTICA.”

O IDL dá conta dessa demanda, baseado no que há de mais contemporâneo no debate internacional sobre a crise da democracia, perfazendo o percurso próprio de iniciativas científicas dessa natureza, ou seja, começando pelas definições conceituais fundamentais e avançando, em função dessas definições, para precisar os procedimentos metodológicos de mensuração dos objetos pesquisa-

dos e, assim, de atender aos objetivos da proposta.

São passos importantes para se enfrentar a crise da democracia, que devem ter o reconhecimento da comunidade científica e da sociedade como um todo. Parabéns.

ABERTURA

Prezados leitores e leitoras

O relatório a seguir reúne informações que, combinadas, consolidam uma relevante e necessária avaliação da democracia na cidade de São Paulo.

O Índice de Democracia Local é uma ferramenta pioneira, desenvolvida a partir de um esforço conjunto do **Instituto Sivis** e de grandes especialistas globais no tema da democracia, em instituições como a *The Economist Intelligence Unit*, a *Freedom House* e o *Latinobarómetro*.

Já aplicado anteriormente na cidade de Curitiba, o IDL foi aprimorado com a contribuição do Prof. Dr. José Álvaro Moisés, da Universidade de São Paulo (USP), do Prof. Dr. Michael Coppedge, da *University of Notre Dame*, e do Instituto Olhar, uma experiente empresa de pesquisa social de Belo Horizonte, para, a partir de 2019, começar seu processo de replicação nas principais cidades brasileiras. São Paulo representa o primeiro passo dessa nova etapa.

A partir das dimensões Processo Eleitoral, Liberdades e Direitos, Funcionamento do Governo Local, Participação Política, e Cultura Democrática, 32 especialistas e 2.417 residentes e eleitores da cidade de São Paulo foram entrevistados, a fim de possibilitar uma análise compreensiva e representativa da democracia em nível local.

Esse esforço busca proporcionar um acompanhamento mais próximo da democracia, de modo que tenhamos dados e indicadores que facilitem a gestão e a sustentabilidade do regime nas cidades brasileiras. Para além do diagnóstico, o Índice de Democracia Local facilita o embasamento e o monitoramento do impacto de políticas públicas e chama a atenção de servidores do Poder Público e da sociedade civil para a importância da cultura democrática.

O debate público a partir de informações sobre a cidade em que se vive é fator-chave para que todos esses elementos se desenvolvam. O Índice de Democracia Local espera, portanto, encorajar o compartilhamento deste relatório e a discussão a partir dos dados, de modo a fortalecer o regime democrático da cidade de São Paulo e, por conseguinte, do nosso país.

Desejamos uma boa leitura

Instituto Sivis



AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer pelo oferecimento da Votorantim S.A. e da Gazeta do Povo, pelo patrocínio da Embaixada dos Países Baixos e pelo apoio da Fundação Telefônica, que tornaram possível este importante passo para a democracia paulistana.

Para que o IDL fosse calculado para a cidade de São Paulo, contamos com o inestimável apoio de diversos colaboradores que, com generosidade, compartilharam conosco sua expertise sobre o tema da democracia local. Listamos abaixo o nome daqueles que nos ajudaram no desenvolvimento do projeto IDL para a cidade de São Paulo.

Bruno Souza da Silva (UNESP), Carlos Gervasoni (*Universidad Torcuato Di Tella*), Cláudio Couto (FGV-SP), Clovis Bueno de Azevedo (FGV-SP), Cynthia Krahenbuhl (Bê-a-bá do Cidadão), Eder Brito (Oficina Municipal), Edison Nunes (PUC-SP), Ednaldo Ribeiro (UEM), Eduardo Grin (FGV-SP), Fabio Lacerda (FEI), Fernando Guarnieri (UERJ), Gabriela Lotta (FGV-SP), Graziela Castello (CEBRAP), Humberto Dantas (UNINOVE), Ivan Fernandes (UFABC), John Gerring (*University of Texas at Austin*), José Álvaro Moisés (USP), Juliana Sakai (Transparência Brasil), Lara Mesquita (FGV-SP), Larry Diamond (*Stanford University*), Leandro Piquet (USP), Leonardo Morlino (*LUISS Guido Carli University*), Marcia Victoriano (ONG Nova Mulher), Marco Antonio Teixeira (FGV-SP), Maria do Socorro Braga (UFSCAR), Maria Hermínia Tavares (USP), Maria Teresa Kerbauy (UNESP), Marta Arretche (USP), Marta Lagos (*Latinobarómetro*), Matheus Lemos de Andrade (Instituto Olhar), Melina Riso (Instituto Igarapé), Michael Coppedge (*University of Notre Dame*), Mônica Sodré (RAPS), Nina Ranieri (USP), Pedro Kelson (Pacto pela Democracia), Pedro Jacobi (USP), Rachel Meneguello (UNICAMP), Rafael Cortez (Tendências Consultoria), Renata Bichir (USP), Rodrigo Estramanzo (FESP), Sarah Repucci (*Freedom House*), Sérgio Praça (FGV-RJ), Ursula Peres (USP).

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Índice de Democracia Local (IDL) foi construído a partir do entendimento de democracia local como um regime político no âmbito municipal caracterizado pelas dimensões eleitoral-liberal e participativo-cultural. Trata-se de um índice composto, organizado a partir das seguintes dimensões: Processo Eleitoral; Liberdades e Direitos; Funcionamento do Governo Local; Participação Política; e Cultura Democrática. Os resultados do IDL são calculados em uma escala de 0 a 10.

01 A coleta de dados foi realizada a partir de duas amostras. As dimensões Processo Eleitoral, Liberdades e Direitos, e Funcionamento do Governo Local foram mensuradas por meio de um *survey* realizado com 32 especialistas, selecionados com base na profundidade e extensão de seus conhecimentos acerca da democracia em São Paulo.

As dimensões Participação Política e Cultura Democrática foram mensuradas a partir de *survey* com 2.417 entrevistados que residem e votam na cidade de São Paulo.

02 A nota de São Paulo no IDL foi 5,67. A dimensão com maior pontuação foi Processo Eleitoral (7,91), seguida por Liberdades e Direitos (6,80) e Funcionamento do Governo Local (5,78).

03 As dimensões calculadas a partir do *survey* com a população, que estão relacionadas à participação e à cultura política, tiveram as mais baixas notas. A pontuação de Cultura Democrática foi 4,55, enquanto Participação Política ficou com 4,14.

04 As regiões administrativas de São Paulo podem ser agrupadas de acordo com suas notas no IDL. Em geral, Centro, Oeste e Sul-1 têm níveis de participação política e de cultura de-

mocrática mais altos que os da cidade. A região Centro é a que melhor pontua em conhecimento e em interesse político, além de ser a zona com mais alta nota em disposição ao diálogo e em apoio à democracia. Já a zona Oeste tem as mais altas notas em atividade partidária, participação associativa e demonstrativa, bem como tem a melhor pontuação em confiança interpessoal e em solidariedade social. A região Sul-1, por sua vez, tem as mais altas notas em cooperação social, tolerância política e apoio ao Estado de Direito.

05 A pontuação das regiões Norte-1 e Norte-2 tende a seguir o mesmo padrão encontrado na cidade de São Paulo como um todo, com algumas exceções. A zona Norte-1 apresenta uma situação conflitante na dimensão cognitiva, mostrando níveis mais baixos de conhecimento político que a cidade, mas pontuando melhor que o município em interesse político. A Norte-1 também é a região com mais alta nota em confiança institucional.

06 As regiões Leste-1, Leste-2 e Sul-2 apresentam níveis mais baixos de participação política e de cultura democrática que a cidade de São Paulo. Quando comparada às outras regionais, a Leste-1 tem a pontuação mais baixa em participação política. A Leste-2, por sua vez, apresenta as menores notas em inte-

resse político, em confiança interpessoal, em tolerância política e em disposição ao diálogo. A zona Sul-2, por fim, apresenta os mais baixos níveis de Cultura Democrática quando comparada às outras regiões da cidade, embora sua pontuação de tolerância política seja mais alta que a do município. A Sul-2 recebe as menores notas em conhecimento político, em confiança institucional, em solidariedade social, em cooperação social e em apoio ao Estado de Direito e à democracia.

07 O cruzamento das variáveis permite fazer análises a respeito do estado da democracia na cidade de São Paulo. Um dos achados refere-se à solidez das convicções dos democratas paulistanos. 37,5% dos entrevistados concordam totalmente que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, mas 52,8% desses mesmos cidadãos que dizem apoiar totalmente a democracia não discordaram totalmente da possibilidade de que o governo passe por cima das leis, do Congresso e das instituições em situações difíceis.

08 A desconfiança é generalizada tanto entre instituições quanto entre pessoas. Pelo menos 3 em cada 4 paulistanos não confiam em instituições fundamentais da democracia representativa, como o Congresso, a Prefeitura ou os partidos políticos. Já a confiança interpessoal é restrita ao círculo familiar, pois apenas 3,62% dos entrevistados dizem confiar nos desconhecidos da cidade.

09 O componente de conhecimento político apresenta a menor nota de todo o IDL (1,34). Os dados apontam que 60% dos paulistanos entrevistados não conhecem nenhuma instituição política ou mecanismo de influência popular (Lei de Acesso à Informação, Iniciativa Popular e Ação Popular).

10 A dimensão cognitiva, na qual estão agrupados os componentes de conhecimento e de interesse, é o atributo com menor pontuação (3,15). Os níveis de interesse também são baixos, o que pode explicar o baixo conhecimento

político e as limitações no engajamento político dos cidadãos. 23,7% dos paulistanos afirmam que nunca se informam sobre política.

11 O crescimento nos níveis de disposição a se informar parece estar associado com o apoio à democracia por parte dos cidadãos. 53,2% dos entrevistados que concordam totalmente que a democracia é a melhor forma de governo se informam frequentemente ou sempre sobre assuntos políticos, contra 9,7% dos que discordam totalmente da frase e se informam com a mesma recorrência.

12 As desigualdades socioeconômicas existentes na cidade parecem afetar a disposição a votar dos paulistanos. Cerca de 38% dos entrevistados afirmam que não votariam caso o sufrágio fosse opcional, mas os moradores das regiões mais pobres da cidade apresentam níveis mais altos de desinteresse pelo voto. Os menos escolarizados também seriam menos propensos a votar mesmo se não fossem obrigados.

13 O caráter sistêmico das limitações da cultura democrática na cidade de São Paulo fica evidente nos resultados do IDL. O ponto central é a influência da dimensão cognitiva (conhecimento e interesse político) sobre os outros aspectos do sistema.

14 Outro fator importante para o fomento à cultura democrática são os níveis de confiança na cidade de São Paulo. Maior confiança favorece a adesão à democracia, mas o problema parece requerer atenção especial. A desconfiança é generalizada entre os paulistanos (seja em relação a instituições, grupos sociais ou aos outros cidadãos) e não diminui mesmo que os indivíduos alcancem níveis mais altos de conhecimento político.

15 A participação política é mais um aspecto problemático detectado no IDL. Neste caso, os baixos níveis de conhecimento e de interesse político verificados podem influenciar negativamente a participação, seja em esfe-

ras institucionalizadas ou informais. Parece haver, ao mesmo tempo, influência de fatores socioeconômicos, a exemplo de escolaridade ou da região de residência, como limitadores da participação política dos paulistanos.

- 16 Os resultados do IDL podem ser utilizados com finalidades diversas, oferecendo uma contribuição efetiva para o diagnóstico da democracia local em São Paulo. Para além desta etapa, eles podem ser aproveitados para embasar ou monitorar o efeito de políticas públicas e para

treinamentos sobre a importância da cultura democrática para servidores do Poder Público, associações do terceiro setor ou do setor privado. Os dados também podem ser explorados cientificamente ou estimular a discussão pública sobre as questões abordadas. O IDL espera, portanto, encorajar o debate e fomentar iniciativas direcionadas à valorização da democracia na vida diária dos cidadãos, o que oferecerá uma base indispensável para consolidar o regime democrático em São Paulo e, de modo geral, no Brasil.

NOTAS DOS COMPONENTES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA | SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS

	Participação eleitoral - sufrágio	Participação eleitoral - atividade partidária	Participação institucional	Participação associativa	Participação demonstrativa	Participação virtual
São Paulo	4,25	3,94	3,89	4,58	4,00	4,28
Centro	5,58	4,80	4,83	5,57	5,34	5,73
Leste-1	4,07	3,40	3,58	3,93	3,48	3,71
Leste-2	4,05	3,73	3,52	4,29	3,52	4,01
Norte-1	4,19	4,14	4,12	4,63	4,34	4,71
Norte-2	4,14	3,99	3,76	4,41	3,68	4,04
Oeste	5,54	4,92	4,82	5,70	5,46	5,26
Sul-1	5,17	4,13	4,13	4,98	4,71	4,71
Sul-2	3,38	3,70	3,73	4,50	3,62	3,95

NOTAS DOS COMPONENTES DE CULTURA DEMOCRÁTICA | SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS

	Conhecimento político	Interesse político	Confiança interpessoal	Confiança institucional	Solidariedade social	Cooperação social	Tolerância política	Disposição ao diálogo	Apoio ao Estado de Direito	Apoio à democracia
São Paulo	1,34	4,96	3,63	4,60	6,10	5,23	6,36	5,02	5,15	5,91
Centro	2,08	5,92	4,00	4,74	6,54	6,11	6,42	6,28	5,67	6,76
Leste-1	1,33	4,81	3,72	4,60	6,13	5,20	6,21	4,93	5,14	5,79
Leste-2	1,09	4,41	3,33	4,84	5,92	5,24	5,78	4,39	4,95	5,90
Norte-1	1,25	5,29	3,74	4,94	6,24	5,36	6,49	5,53	5,54	6,09
Norte-2	1,37	5,01	3,52	4,54	6,18	5,07	6,43	4,95	4,99	5,73
Oeste	1,93	5,81	4,20	4,59	7,02	5,73	6,36	6,18	5,40	6,22
Sul-1	1,60	5,63	4,04	4,59	6,64	6,23	6,96	5,62	5,69	6,55
Sul-2	1,07	4,56	3,34	4,24	5,42	4,42	6,63	4,46	4,83	5,45

NOTA METODOLÓGICA IDL-SP 2019

Dimensões de mensuração

O IDL foi construído a partir de um entendimento de democracia local como um regime político do âmbito municipal caracterizado pelas dimensões eleitoral-liberal e participativo-cultural. Dado o caráter multidimensional do fenômeno, foi necessário usar técnicas de construção de índices compostos para mensurar a democracia local em São Paulo. O IDL assume, assim, a natureza de índice composto, de modo que está organizado a partir de cinco dimensões.

COMPOSIÇÃO DIMENSIONAL | ÍNDICE DE DEMOCRACIA LOCAL (IDL)

Índice de Democracia Local (IDL)	Processo Eleitoral	Competição Democrática
		Integridade Eleitoral
		Inclusão Eleitoral
	Liberdades e Direitos	Liberdades e Direitos Cívicos
		Liberdades e Direitos Políticos
		Igualdade e Justiça
	Funcionamento do Governo Local	Autonomia dos Poderes
		Transparência e <i>Accountability</i>
		Efetividade e Responsividade
	Participação Política	Participação Política (Sentido Estrito)
		Participação Política (Sentido Amplo)
	Cultura Democrática	Dimensão Cognitiva
		Vida Comunitária
		Normas e Valores



Instrumentos de coleta de dados

Survey com especialistas

O *survey* com especialistas foi aplicado para a coleta de dados de três dimensões do IDL:

I. Processo Eleitoral; II. Liberdades e Direitos; III. Funcionamento do Governo Local.

Quantidade de respondentes: 32 especialistas.

Os especialistas consultados foram escolhidos com base na profundidade e extensão de seus conhecimentos acerca da democracia em São Paulo. Também foram aplicados critérios secundários, buscando garantir que os selecionados fossem pessoas com ligação estreita com a cidade (preferencialmente munícipes de São Paulo), provenientes de instituições diversas e sem conexão próxima a nenhum partido político.

Survey com a população

O *survey* com a população foi aplicado para a coleta de dados de duas dimensões do IDL:

IV. Participação Política; e V. Cultura Democrática.

Quantidade de respondentes: 2.417 entrevistados que residem e votam na cidade de São Paulo.

Pelo menos 300 entrevistas foram realizadas em cada uma

das oito regiões administrativas de São Paulo (Centro, Leste-1, Leste-2, Norte-1, Norte-2, Oeste, Sul-1 e Sul-2).

Foram contempladas margem de erro de 2%, a um nível de confiança de 95% para São Paulo, e margem de erro de 5,7%, a um nível de confiança de 95% para cada uma das regiões administrativas da cidade.

O método de coleta foi o de *survey* domiciliar, com desenho amostral probabilístico para a seleção aleatória dos setores censitários pesquisados e com critérios sistemáticos de seleção dos domicílios. Foi realizado um desenho amostral não-probabilístico para a seleção dos indivíduos entrevistados, selecionados a partir de cotas de sexo, faixa etária, grau de instrução e status ocupacional.

Métodos de cálculo

Equalização dos pesos (influência) no nível das dimensões: cada uma das cinco dimensões tem peso igual (20%) no cálculo final do IDL.

Normalização por redimensionamento para que todos os indicadores tenham uma mesma faixa de valores, que vai de 0 a 10.

Ponderação dos indicadores coletados via *survey* com especialistas pelas suas avaliações sobre o grau de confiança nas respostas oferecidas.

Ponderação dos indicadores coletados via *survey* com a população por fatores de ponderação referentes às regiões administrativas de São Paulo.

Agregação dos subcomponentes, componentes e atributos por regra aditiva (média aritmética) e agregação das dimensões por regra multiplicativa (média geométrica) para calcular a nota geral do IDL.

A integração de entrevistas com especialistas, o *survey* com a população, a representatividade amostral em nível regional e o olhar para o nível local fazem do Índice de Democracia Local uma ferramenta transformadora e disruptiva na mensuração da democracia nas cidades.

Survey com: **32**
especialistas

+

2.417
entrevistados que residem e votam na cidade de São Paulo

Resultados de

São Paulo, SP

NOTA GERAL DE
SÃO PAULO, SP

5,67



Área
1.490
km²

População
11.253.523
habitantes

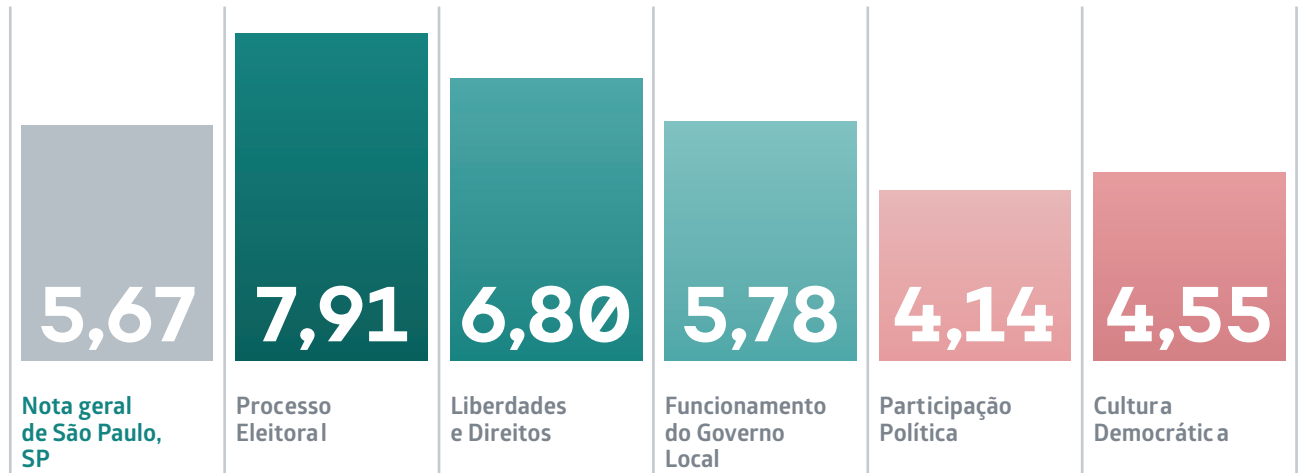
Dens. demográfica
7.553
hab/km²

Renda nominal média
1.999,11
Reais/mês

Fonte: Prefeitura de São Paulo (2010)

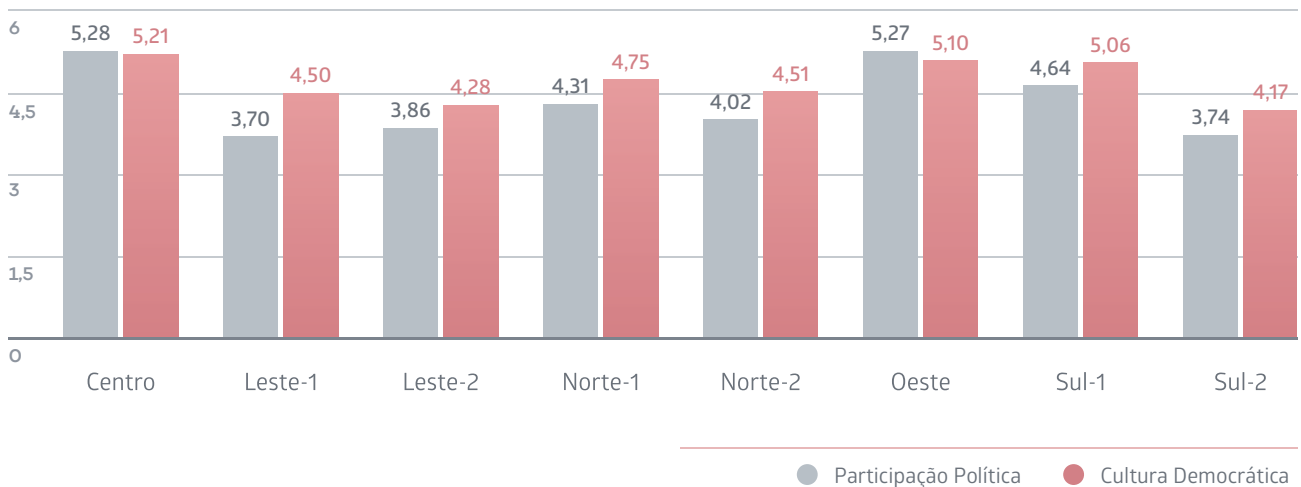
RESULTADOS DE SÃO PAULO, SP

Notas das dimensões do IDL



As dimensões com melhores notas no IDL são as de Processo Eleitoral, Liberdades e Direitos e Funcionamento do Governo Local. As três estão, em grande medida, atreladas ao âmbito institucional e foram avaliadas por especialistas na área. Já as dimensões relacionadas à cultura e à vida política na sociedade, a saber, Participação Política e Cultura Democrática, foram calculadas a partir do *survey* com a população e apresentam as mais baixas notas.

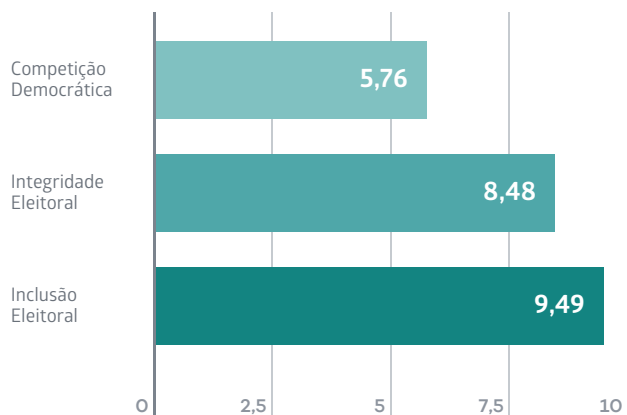
Notas de Participação Política e de Cultura Democrática - Regiões administrativas de São Paulo, SP



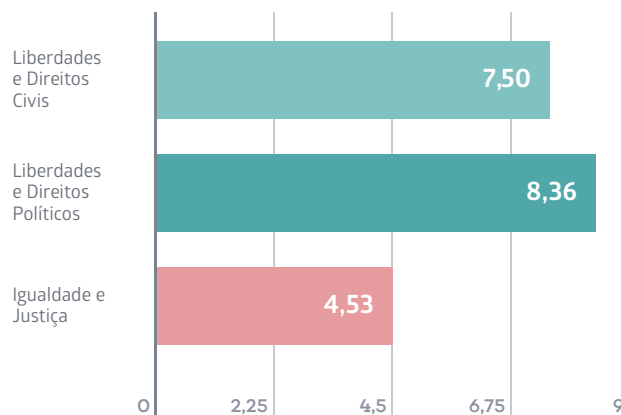
Inclusão eleitoral é o atributo mais bem avaliado na dimensão de Processo Eleitoral e no IDL como um todo, atingindo quase a nota máxima.

Liberdades e direitos políticos é o atributo mais bem avaliado em Liberdades e Direitos, com nota quase duas vezes mais alta que a de Igualdade e Justiça.

Notas dos atributos de Processo Eleitoral



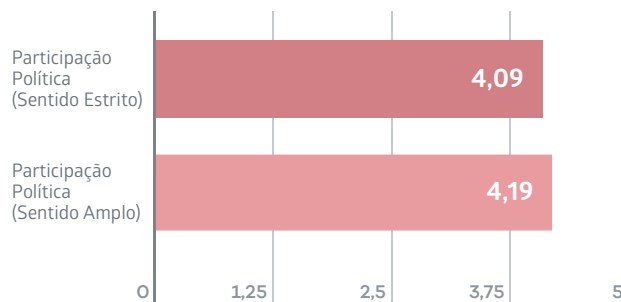
Notas dos atributos de Liberdades e Direitos



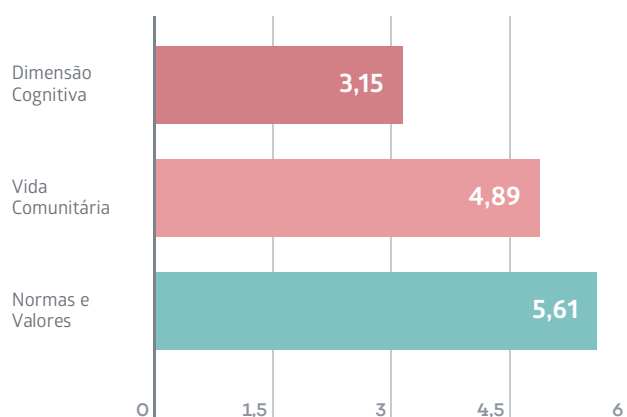
Notas dos atributos de Funcionamento do Governo Local



Notas dos atributos de Participação Política



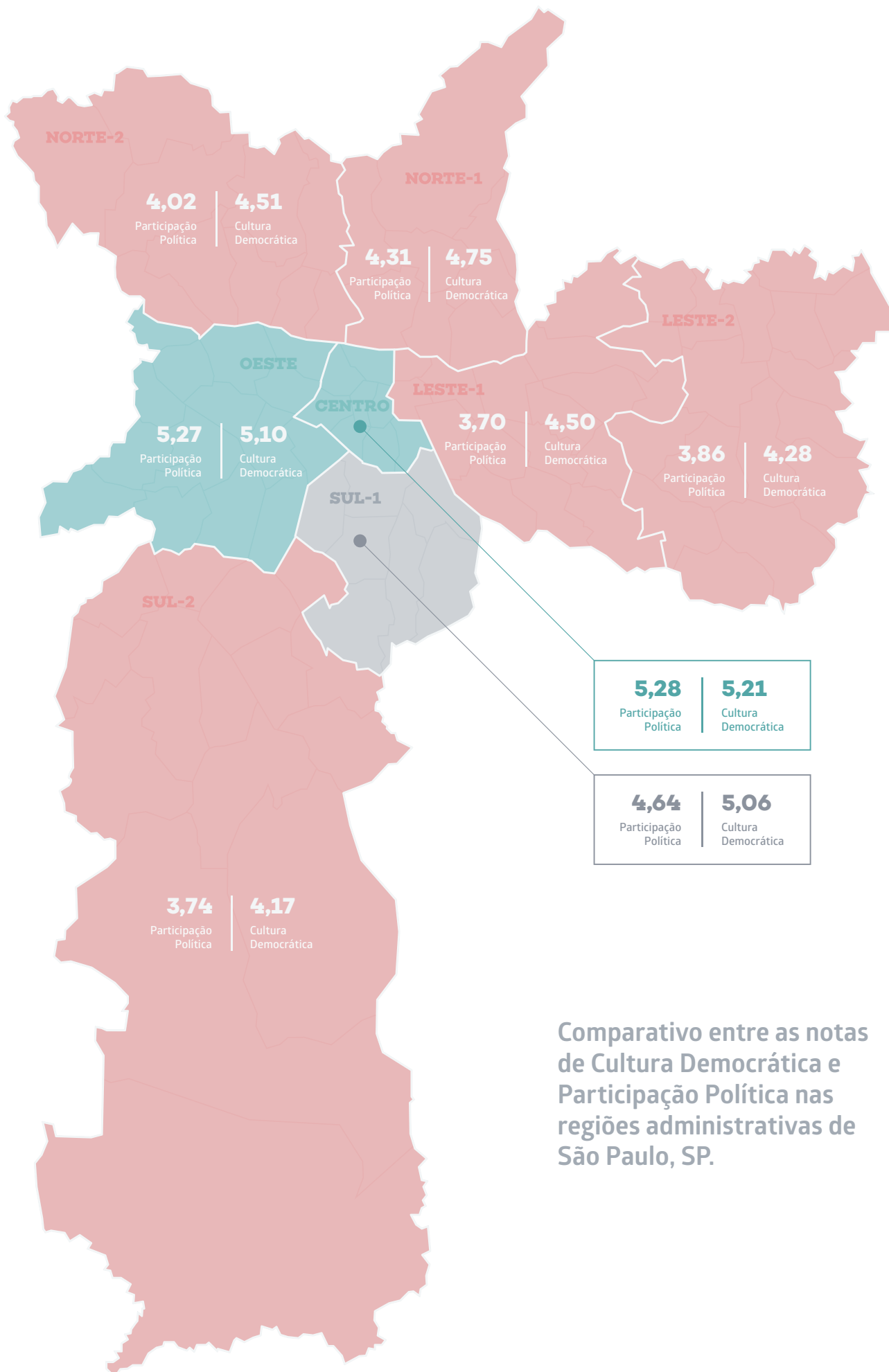
Notas dos atributos de Cultura Democrática



Efetividade e responsividade é o atributo mais mal avaliado na dimensão de Funcionamento do Governo Local.

As notas de ambos os tipos de participação política são próximas e não atingem nem a metade da pontuação possível.

A dimensão cognitiva apresenta a mais baixa nota entre todos os atributos mensurados pelo IDL.



Comparativo entre as notas de Cultura Democrática e Participação Política nas regiões administrativas de São Paulo, SP.



Análise dos

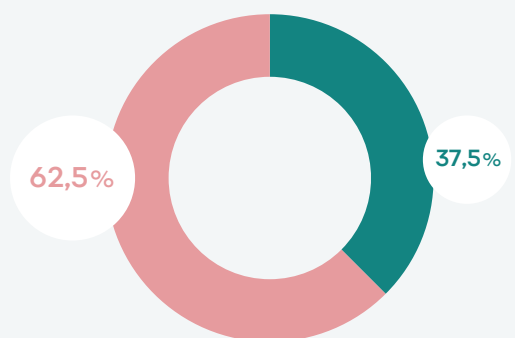
Dados

As páginas a seguir expõem cinco observações a partir dos dados obtidos no Índice de Democracia Local de São Paulo, SP, a respeito de temas relacionados às dimensões Participação Política e Cultura Democrática.

52,8% dos entrevistados que veem a democracia como a melhor forma de governo aceitariam relativizá-la.

O apoio dos cidadãos à democracia é um elemento crucial para legitimar tal regime. Dentre os paulistanos entrevistados pela pesquisa do IDL, 37,5% concordam totalmente que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independentemente das circunstâncias.

vistados para o IDL também foram convidados a responder à seguinte pergunta: “em que grau o(a) sr./sra. concorda com a seguinte frase: quando há uma situação difícil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso e das instituições com o objetivo de resolver os problemas?”.



- Concorda totalmente
- Concorda em parte, Discorda em parte ou Discorda totalmente

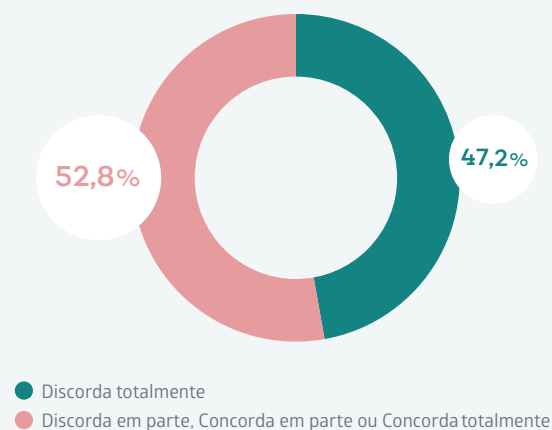
Concordância com a democracia como regime político preferido

Acontece que somente a expressão de apoio formal ao regime democrático não é suficiente para avaliar quão democratas os cidadãos realmente são. Para essa tarefa, é necessário avaliar a atitude dos indivíduos perante a democracia quando confrontados com questões mais concretas. Ser um democrata sólido depende, assim, de um apoio consistente ao regime democrático, que resista a tentativas de relativizá-lo. É por isso que os entre-

“37,5% CONCORDAM TOTALMENTE QUE A DEMOCRACIA É PREFERÍVEL A QUALQUER OUTRA FORMA DE GOVERNO, INDEPENDENTEMENTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS.”

Inglehart e Welzel (2005) definem como democratas sólidos os cidadãos que combinam forte apoio à democracia com forte rejeição ao autoritarismo. Para serem classificados como tais, eles deveriam concordar totalmente com a proposição de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo e discordar totalmente da possibilidade, apresentada na questão acima, de relativizá-la, aderindo intrinsecamente à democracia. Quem aceita flexibilizar o regime democrático em nome de uma “situação difícil” caracteriza-se como um democrata instrumental, que pode retirar seu apoio ao regime no caso de ver frustradas as suas expectativas, sejam elas políticas, econômicas ou de outra ordem. Assim, a existência de poucos democratas sólidos em uma sociedade pode colocar em risco a sustentação da democracia.

Os resultados do IDL indicam que muitos dos paulistanos que se identificam como democratas não poderiam ser classificados como democratas sólidos. 52,8% dos entrevistados que concordaram totalmente com a proposição “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” não discordaram totalmente da possibilidade de relativizar o regime. Os resultados estão em linha com os achados de Fuks e colegas (2016) para o caso brasileiro: os autores encontram especial disposição dos cidadãos do país que se identificam como democratas a aceitar a utilização de procedimentos não democráticos em situações de crise.



Concordância com a relativização da democracia entre os que dizem preferir o regime

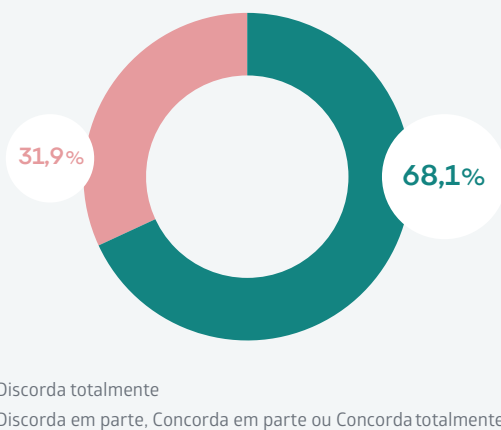
Valores democráticos e apoio à democracia

A consequência desses achados é que, para que se verifique a adesão intrínseca à democracia, é necessário mais que expressão de apoio formal ao regime. Para que os cidadãos sejam democratas sólidos, é preciso cultivar valores democráticos em diferentes áreas, como conhecimento político, tolerância, disposição a se educar e informação política.

Dentre os cidadãos com níveis básicos de conhecimento político (os que conseguem nomear corretamente pelo menos uma instituição política ou mecanismo de influência popular), 57,2% dos democratas rechaçam totalmente a possibilidade

de relativizar a democracia, contra 47,2% do total (quando não há nenhuma condicionante). O efeito parece ser ainda maior quando os indivíduos estão dispostos a se educar. 68,1% dos democratas paulistanos que afirmaram já ter feito cursos sobre o funcionamento do sistema político brasileiro discordam totalmente da flexibilização da democracia a depender do contexto.

“68,1% DOS DEMOCRATAS PAULISTANOS QUE AFIRMARAM JÁ TER FEITO CURSOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO DISCORDAM TOTALMENTE DA FLEXIBILIZAÇÃO DA DEMOCRACIA A DEPENDER DO CONTEXTO.”



Concordância com a relativização da democracia entre os que preferem o regime e que fizeram cursos sobre o sistema político

A tolerância e a disposição a se informar também parecem colaborar para produzir democratas sólidos. 53,7% dos democratas que dizem dialogar frequentemente ou sempre com pessoas com posições políticas divergentes das deles discordam totalmente da relativização da democracia. Os resultados são semelhantes para os democratas que afirmam se informar frequentemente ou sempre sobre os acontecimentos políticos no Brasil e, especialmente, na cidade onde residem. 54,3% deles rejeitam por completo que o governo passe por cima de leis, do Congresso e das instituições em situações difíceis.

Os baixos níveis de adesão formal à democracia e de democratas sólidos podem ser explicados a partir de perspectivas distintas, mas não necessariamente conflitantes. A interpretação culturalista pode ser complementada com os resultados da avaliação dos especialistas sobre a dimensão Funcionamento do Governo Local, que recebeu a menor nota dentre as analisadas por eles (5,78). É possível, portanto, que a fraca adesão ao regime democrático esteja atrelada a uma frustração dos cidadãos com as funções desempenhadas pelo Estado, especialmente quando se considera que o atributo de efetividade e responsividade tem a mais baixa pontuação dentre os que compõem a dimensão (4,44).

“53,7% DOS DEMOCRATAS QUE DIZEM DIALOGAR FREQUENTEMENTE OU SEMPRE COM PESSOAS COM POSIÇÕES POLÍTICAS DIVERGENTES DAS DELES DISCORDAM TOTALMENTE DA RELATIVIZAÇÃO DA DEMOCRACIA.”

Em suma, os resultados apontam para um cenário complexo relativo ao apoio à democracia em São Paulo. Se há uma significativa proporção de democratas instrumentais, também há indicações de fatores que parecem colaborar para a adesão intrínseca à democracia, apontando que as soluções precisam adotar um caráter sistêmico, devido à natureza do problema.

Análise dos
Dados 02

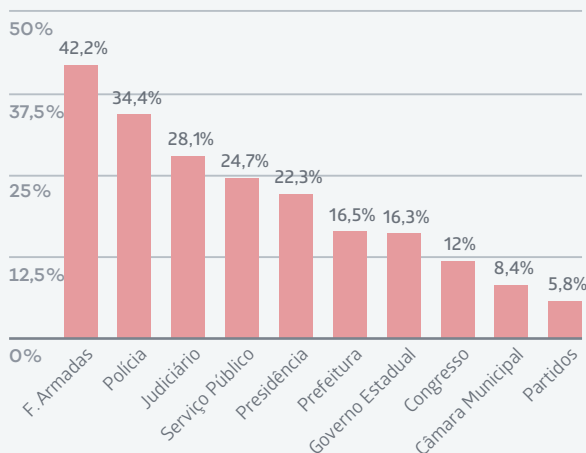
3 em cada 4 paulistanos não confiam em instituições fundamentais da democracia representativa.

A confiança social e política é compreendida como um elemento-chave para a saúde das democracias, mas a realidade contemporânea revela uma crise de desconfiança em níveis globais (Ribeiro, 2011). O Brasil apresenta níveis baixíssimos de confiança, sendo o país da América Latina em que os cidadãos menos confiam em outras pessoas (Latinobarómetro, 2018). Os dados provenientes da aplicação do IDL em São Paulo indicam que o cenário não é diferente quando se analisa o âmbito local.

Pelo menos 3 em cada 4 paulistanos não confiam em instituições fundamentais para a democracia representativa, compreendidas como aquelas cujos representantes foram eleitos para ocupar os cargos, como o Congresso ou a Prefeitura, ou que fazem a intermediação entre sistema político

e população, caso dos partidos políticos. Os níveis de confiança dos entrevistados em instituições do Poder Executivo, Presidência (22,3%), Governo Estadual (16,25%) e Prefeitura (16,5%) são próximos, mas baixos. Já as instituições do Legislativo são alvo de ainda mais desconfiança: 12% dos entrevistados dizem confiar no Congresso, enquanto 8,4% manifestam confiança na Câmara Municipal. Os partidos são a instituição do sistema político da qual os paulistanos mais desconfiam, com 5,8% de confiança. As Forças Armadas, por sua vez, dispõem da maior cota de confiança, com 42,2% de respondentes que declaram confiar ou confiar totalmente nelas.

“PELO MENOS 3 EM CADA 4 PAULISTANOS NÃO CONFIAM EM INSTITUIÇÕES FUNDAMENTAIS PARA A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.”

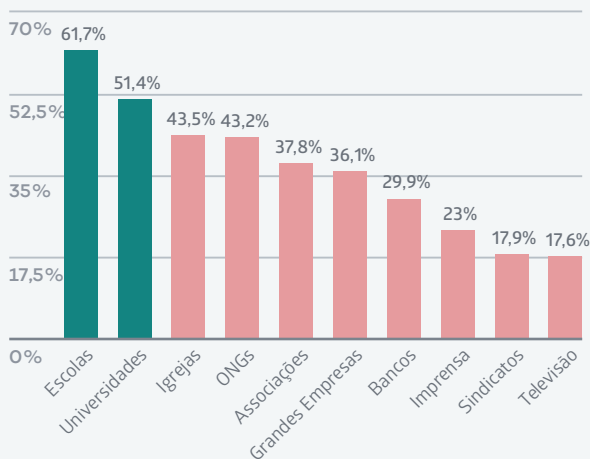


Percentual de paulistanos que confiam ou confiam totalmente em instituições políticas

Dentre as instituições do sistema social, as que gozam de maior confiança junto aos paulistanos estão ligadas à educação. 61,7% deles confiam nas escolas, enquanto 51,4% dizem confiar nas universidades. Igrejas (43,5%) e ONGs (43,2%) também estão entre as que os paulistanos mais confiam, enquanto sindicatos (17,9%) e televisão (17,6%) figuram entre as menos confiáveis.

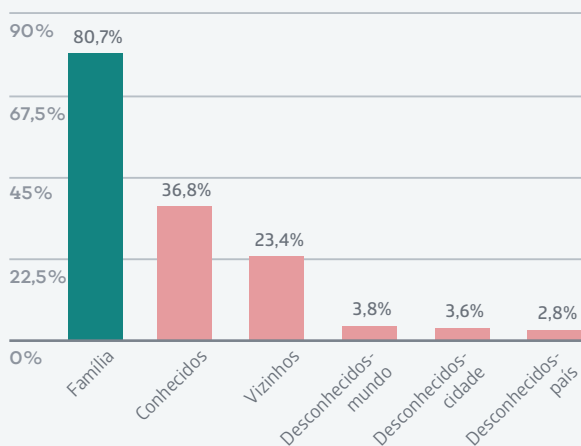
A confiança interpessoal, por sua vez, é alta apenas no círculo mais restrito, com 80,7% dos entrevistados afirmando confiar na família. O per-

centual cai para 36,8% ao se tratar de conhecidos e chega a 2,8% para desconhecidos do país. É importante ressaltar que a confiança interpessoal é o segundo pior indicador a compor o Índice de Democracia Local (3,63), quando comparado com os outros.



Percentual de paulistanos que confiam ou confiam totalmente em instituições sociais

“A CONFIANÇA INTERPESSOAL, POR SUA VEZ, É ALTA APENAS NO CÍRCULO MAIS RESTRITO, COM 80,7% DOS ENTREVISTADOS AFIRMANDO CONFIAR NA FAMÍLIA.”

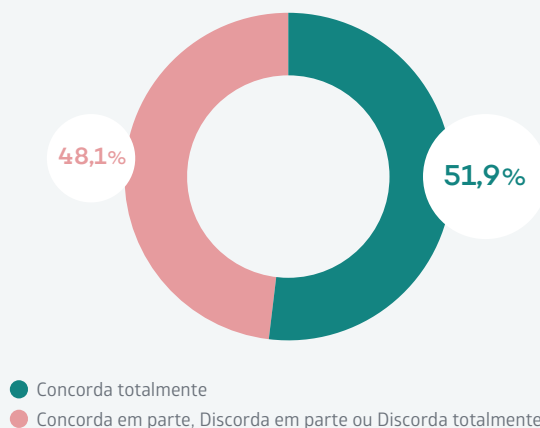


Percentual de paulistanos que confiam ou confiam totalmente em outras pessoas

Confiança e apoio à democracia

Dado que a democracia é um regime cuja autoridade repousa sobre a construção de sua legitimidade junto aos cidadãos, altos níveis de desconfiança tendem a ser prejudiciais para sua sustentação (Newton, Stolle, & Zmerli, 2018). Indivíduos que confiam nos outros tendem a ser mais cooperativos, reduzindo conflitos e facilitando a construção de objetivos sociais em comum. Neste sentido, Putnam (1993) argumenta que a confiança interpessoal favorece a disposição das pessoas para agir coletivamente, possibilitando a acumulação de capital social, o que redundaria em capital político favorável ao funcionamento do regime democrático.

Ao analisar os dados provenientes do IDL, parece verificar-se uma associação entre níveis razoáveis de confiança no sistema político e apoio à democracia. Enquanto 37,5% dos entrevistados pela pesquisa do IDL concordam totalmente que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, independentemente das circunstâncias, esse percentual chega a 49,4% entre aqueles que, no agregado, confiam ou confiam totalmente nas instituições políticas. A conexão parece ser ainda mais importante no caso da confiança interpessoal particularizada: 51,9% dos que, no agregado, confiam ou confiam totalmente na família, vizinhos e conhecidos concordam que a democracia



Concordância com a democracia como regime preferido entre os que confiam em grupos sociais próximos

é a melhor forma de governo. Os dados estão alinhados ao argumento de Moisés e Carneiro (2008), para quem a maior desconfiança está associada a um menor apoio ao regime democrático.

Para uma corrente da Ciência Política, há a hipótese de que níveis de desconfiança altos seriam um sinal de cidadãos críticos ao desempenho das instituições, mas que não rejeitam o regime democrático (Inglehart & Welzel, 2005; Norris, 2000). Os dados para São Paulo, porém, parecem enfraquecer tal interpretação. Em cenários como o analisado aqui, nos quais até mesmo os democratas aceitam relativizar a democracia, a constante desconfiança – e em níveis elevados – pode ser expressão de baixa adesão ao regime. Se, por um lado, é desejável a vigilância dos cidadãos em relação ao Poder Público (o que implica certo grau de desconfiança), o ceticismo perante as instituições em níveis elevados parece corroer o apoio geral à democracia, impondo barreiras ao aprofundamento de uma cultura democrática.

ção de um plano de governo e de um orçamento para a cidade, 83% não confiam ou confiam pouco na Prefeitura, indicando que o conhecimento político não implica um aumento na confiança.

Se a confiança for entendida, da forma que propõem Newton e colegas (2018), como a cola que une a sociedade, o caso paulistano deve levantar significativa preocupação. Considerando que confiança é essencial para a coesão, integração e estabilidade das sociedades, facilitando a manutenção da harmonia social e do governo democrático, os baixíssimos níveis verificados em São Paulo apontam para as dificuldades encaradas pelos cidadãos da maior cidade do Brasil para fomentar a cultura democrática. Os impactos deste cenário podem ser observados em diferentes aspectos, como na cooperação e vivência comunitária, no desenvolvimento econômico e no alargamento dos horizontes culturais dos cidadãos. O quadro multifacetado indica, assim, que as soluções devem ser pensadas em perspectiva sistêmica.

“ENQUANTO 37,5% DOS ENTREVISTADOS PELA PESQUISA DO IDL CONCORDAM TOTALMENTE QUE A DEMOCRACIA É PREFERÍVEL A QUALQUER OUTRA FORMA DE GOVERNO, INDEPENDENTEMENTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS, ESSE PERCENTUAL CHEGA A 49,4% ENTRE AQUELES QUE, NO AGREGADO, CONFIAM OU CONFIAM TOTALMENTE NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.”

O cenário encontrado pelo IDL é agravado quando se considera que o grau de conhecimento político dos respondentes não altera o quadro de desconfiança. Mesmo cidadãos que conhecem instituições básicas do sistema político (ou seja, que souberam identificar pelo menos uma instituição política ou mecanismo de influência popular) continuam com baixos níveis de confiança institucional, indicando um cenário de descrença generalizada. Um exemplo é o caso da confiança na Prefeitura: 83,8% dos que desconhecem as funções e responsabilidades da instituição afirmam não confiar ou confiar pouco nela. Já entre os que citaram corretamente o governo municipal como o principal responsável pela elaboração e execu-

Paulistanos com maior grau de conhecimento político tendem a ser mais participativos.

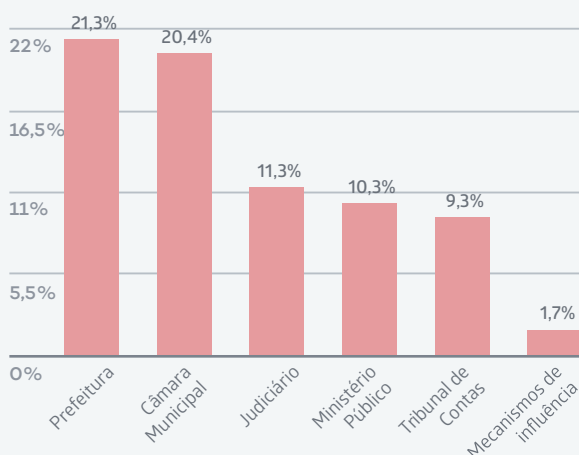
Conhecimento e participação política são cruciais para o processo democrático (Delli Carpini & Keeter, 1996). Compreender as funções de instituições do sistema político é um passo essencial para que os cidadãos tomem decisões de maneira informada e para que fiscalizem os agentes públicos, colaborando para uma democracia mais vibrante. Cidadãos com níveis razoáveis de conhecimento também estarão mais aptos a participar politicamente (Verba, Scholzman, & Brady, 1995), de modo que as implicações de um baixo grau de conhecimento perpassam vários aspectos da vida democrática.

Neste sentido, os dados do IDL apontam que 60% dos paulistanos entrevistados não conhecem nenhuma instituição política ou mecanismo de influência popular. A Prefeitura é a instituição mais

conhecida, com 21,3% dos respondentes reconhecendo as funções do Executivo local, enquanto os mecanismos básicos de influência popular na política (Lei de Acesso à Informação, Iniciativa Popular e Ação Popular) são os menos conhecidos. 98,3% dos respondentes são incapazes de mencionar sequer um deles.

Conhecimento político e participação

A importância do conhecimento político é evidenciada quando seus níveis são comparados com os de participação. Há aumento na frequência de todos os tipos de participação quando os cidadãos são capazes de nomear corretamente pelo menos uma instituição política ou mecanismo de influência popular.

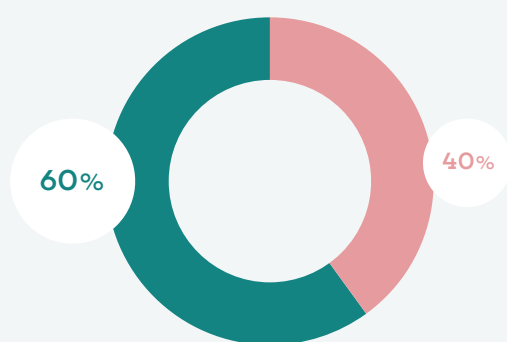


Percentual de paulistanos que identificam corretamente instituições e mecanismos de influência política

“60% DOS ENTREVISTADOS QUE CONHECEM PELO MENOS ALGUMA INSTITUIÇÃO OU MECANISMO DE INFLUÊNCIA POPULAR DIZEM PARTICIPAR VIRTUALMENTE EM ALGUMA MEDIDA, CONTRA 38,3% DOS QUE NÃO ACERTARAM NENHUMA QUESTÃO DE CONHECIMENTO POLÍTICO.”

Os resultados são mais aparentes nas categorias menos institucionalizadas: a demonstrativa e a virtual. 47,3% dos respondentes com algum grau

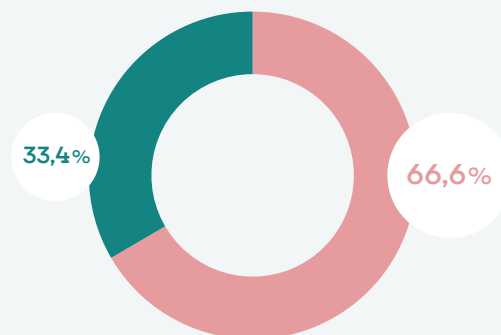
de conhecimento político afirmam que participam demonstrativamente (em manifestações de rua, por exemplo) com alguma frequência, seja sempre, frequentemente, às vezes ou raramente. No caso dos cidadãos com baixo conhecimento político, o percentual é de 25,8%. A associação também é verificada na participação virtual. 60% dos entrevistados que conhecem pelo menos alguma instituição ou mecanismo de influência popular dizem participar virtualmente em alguma medida, contra 38,3% dos que não acertaram nenhuma questão de conhecimento político.



● Nunca
● Raramente, Às vezes, Frequentemente ou Sempre

Frequência de participação virtual entre os que identificam corretamente alguma instituição ou mecanismo de influência política

É possível que a conexão entre participação e conhecimento político seja mais aparente em formas não institucionalizadas de participação, porque elas apresentam custos menores para os cidadãos, exigindo menor esforço do que se engajar em partidos ou comparecer a audiências públicas, por exemplo. As participações partidária e institucional, por sinal, são as menos impactadas pelo conhecimento político. 33,4% dos entrevistados que acertaram alguma questão de conhecimento político afirmam participar partidariamente sempre, frequentemente, às vezes ou raramente, contra 22,4% dos que não acertaram. Os percentuais são próximos no caso da participação institucional: 34,3% dos respondentes que identificaram alguma instituição política ou mecanismo de influência popular afirmaram participar institucionalmente com alguma frequência, contra 22,4% dos que não souberam nomear nenhuma.



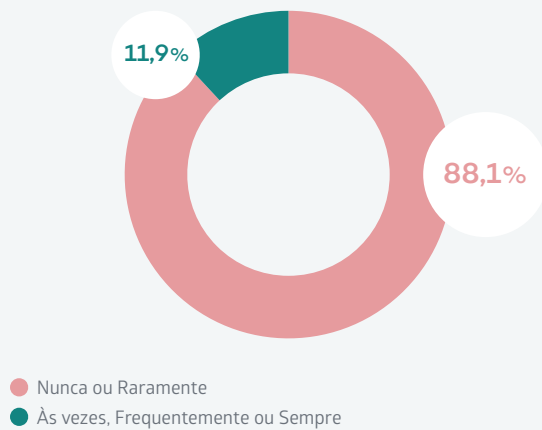
● Nunca
● Raramente, Às vezes, Frequentemente ou Sempre

Frequência de participação partidária entre os que identificam corretamente alguma instituição ou mecanismo de influência política

“33,4% DOS ENTREVISTADOS QUE ACERTARAM ALGUMA QUESTÃO DE CONHECIMENTO POLÍTICO AFIRMAM PARTICIPAR PARTIDARIAMENTE SEMPRE, FREQUENTEMENTE, ÀS VEZES OU RARAMENTE, CONTRA 22,4% DOS QUE NÃO ACERTARAM.”

As participações institucional e partidária também são as mais prejudicadas entre os paulistanos com baixo conhecimento político, embora eles afirmem participar pouco em todos os âmbitos. 88,1% dos entrevistados que não acertaram nenhuma questão de conhecimento político afirmam que nunca ou raramente participam institucionalmente, enquanto 87% deles dizem o mesmo sobre participação partidária.

Ademais, o desinteresse parece desempenhar um papel relevante para os baixos níveis de participação verificados. Mais de 90% dos entrevistados que afirmam nunca se informar sobre os acontecimentos políticos do Brasil e da cidade tendem a nunca participar institucionalmente, demonstrativamente ou de atividades partidárias. O percentual é um pouco menor no caso da participação associativa (80,7%) e da virtual (85%). O aumento da disposição a se informar sobre política, por sua vez, parece estar associado à maior frequência na participação política. O efeito aparenta ser mais significativo no caso da participação virtual: 42% dos respondentes que relatam se informar



Frequência de participação institucional entre os que não identificam corretamente nenhuma instituição ou mecanismo de influência política

frequentemente ou sempre afirmam que sempre participam virtualmente.

“MAIS DE 90% DOS ENTREVISTADOS QUE AFIRMAM NUNCA SE INFORMAR SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS DO BRASIL E DA CIDADE TENDEM A NUNCA PARTICIPAR INSTITUCIONALMENTE, DEMONSTRATIVAMENTE OU DE ATIVIDADES PARTIDÁRIAS.”

A essa altura, é necessário destacar que não necessariamente é desejável uma população que participe de forma desenfreada e em todos os momentos (Levitsky & Ziblatt, 2018; Runciman, 2018), até porque existem funções que são melhor desempenhadas pelos representantes eleitos. No entanto, níveis tão baixos de conhecimento político, assim como a associação deles com certa apatia em termos de participação e de interesse político, evidenciam limitações para o florescimento da cultura democrática em São Paulo.

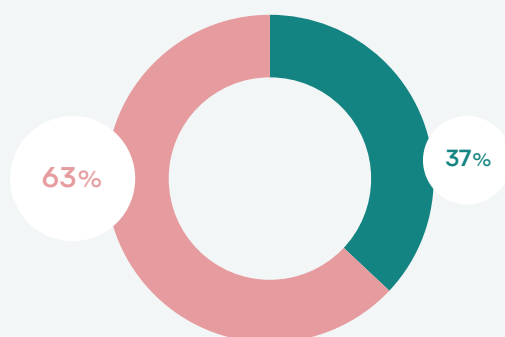
É provável que a baixa nota de *accountability* vertical eleitoral (5,68), compreendida como a obrigação de líderes políticos eleitos de responder por suas decisões quando interpelados por eleitores e avaliada a partir do questionário respondido pelos especialistas, seja uma expressão de limitações em dois aspectos, ambos influen-

ciados pelo nível de conhecimento político dos cidadãos. Por um lado, boa parte dos paulistanos ignora como acessar serviços e funções oferecidos pelo Estado; por outro, o baixo grau de conhecimento dos indivíduos alivia pressões sobre os agentes públicos para que sejam responsivos e para que ofereçam ferramentas de transparência para a sociedade, gerando um ciclo vicioso. O rompimento com tais padrões passa por soluções que possibilitem a formação dos cidadãos, de modo a cultivar habilidades cívicas e a valorizar a democracia.

Cidadãos que se informam por fontes plurais tendem a cultivar maior apreço pela democracia.

O acesso e a qualidade da informação são preocupações recorrentes nas democracias, haja vista que cidadãos bem informados tendem a estar mais capacitados para identificar quem melhor representa seus interesses e para participar politicamente (Aalberg & Curran, 2012; Van Aelst et al., 2017). O acesso à informação é crucial para a saúde da democracia, assim como a oferta de fontes plurais, que contemplem diversas perspectivas existentes na sociedade. O acesso a diferentes concepções pode ser encarado, assim, como uma pré-condição para a participação efetiva dos cidadãos na vida pública (Habermas, 1996).

Os resultados do IDL indicam que menos da metade dos entrevistados se informa frequentemente ou sempre sobre política (37%), enquanto 63% de-



● Frequentemente ou Sempre
● Às vezes, Raramente ou Nunca

Frequência com a qual os paulistanos se informam sobre política

les afirmam se informar às vezes, raramente ou nunca. Esse desinteresse, quando associado aos baixos níveis de conhecimento político, limita o desenvolvimento da cultura democrática.

“MENOS DA METADE DOS ENTREVISTADOS SE INFORMA FREQUENTEMENTE OU SEMPRE SOBRE POLÍTICA (37%), ENQUANTO 63% DELES AFIRMAM SE INFORMAR ÀS VEZES, RARAMENTE OU NUNCA.”

É possível especular sobre a relação entre a disposição dos cidadãos a se informar e o apoio à democracia manifestado por eles. Por um lado, cidadãos bem informados tendem a estar mais capacitados para exercer seu papel de cidadãos, seja participando politicamente ou fiscalizando o Poder Público. Por outro, é possível ponderar sobre a associação entre disposição a se informar e apreço à democracia, pois cidadãos que acompanham o cotidiano político podem compreender melhor o funcionamento e as virtudes do regime democrático. De fato, os resultados do IDL sustentam essa hipótese: enquanto 53,2% dos entrevistados que consideram a democracia como a melhor forma de governo se informam frequentemente ou sempre sobre assuntos políticos, enquanto, dentre aqueles que não veem o regime democrático como a melhor opção, 9,7% se informam sobre política com frequência.

Diante da complexidade e da heterogeneidade das sociedades contemporâneas, porém, não é sufi-

ciente observar a frequência com a qual os cidadãos se informam: também deve-se considerar a pluralidade das fontes acessadas. Se o confronto de diversas perspectivas na esfera pública é uma forma de processar democraticamente as disputas sociais, também é necessário que haja disposição para ouvir e considerar os posicionamentos diferentes, a fim de fomentar uma cultura do diálogo.

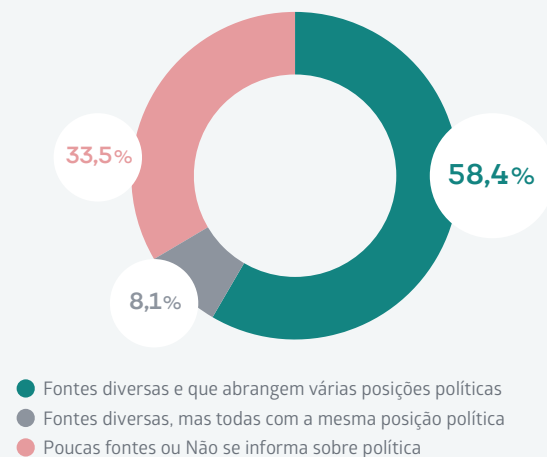
Neste sentido, o IDL questionou os paulistanos que se informam politicamente com alguma frequência acerca da pluralidade das fontes consumidas por eles. Neste caso, boa parte dos paulistanos que se informa politicamente demonstra algum grau de pluralidade: 41,7% dos entrevistados afirmam acessar fontes diversas e com várias posições políticas; 6,6% consultam fontes diferentes, mas todas com a mesma inclinação ideológica; e 51,7% recorrem a poucas fontes.

“58,4% DOS ENTREVISTADOS QUE DEFENDEM A DEMOCRACIA COMO MELHOR FORMA DE GOVERNO DIZEM SE INFORMAR POR FONTES DIVERSAS, COM VÁRIAS POSIÇÕES POLÍTICAS.”

A relação mais interessante da pluralidade de fontes parece ser com a preferência democrática. O cruzamento das duas variáveis indica que mais pluralidade parece estar associada com maior apoio à democracia. 58,4% dos entrevistados que defendem a democracia como melhor forma de governo dizem se informar por fontes diversas, com várias posições políticas. Em contraste, apenas 8,1% dos democratas se informam por fontes diversas, mas que expressam o mesmo posicionamento político.

Em uma sociedade democrática, o acesso a fontes de informação diversificadas e que ofereçam interpretações diferentes para os assuntos públicos é um direito dos cidadãos. No entanto, é necessário que eles estejam dispostos a dialogar com as perspectivas distintas. É por isso que os níveis de pluralismo das fontes de informação são importantes, pois podem ser encarados como indicador de tolerância, um princípio fundamental para as democracias. Ao mesmo tempo, pluralidade não é suficiente para garantir a oferta e a

disseminação de informações de qualidade, nem que os cidadãos irão considerar legítimas as perspectivas discordantes, uma vez que posicionamentos pré-definidos podem ser reforçados por meio do contato com o dissenso – especialmente em contextos polarizados.



Pluralidade das fontes de informação sobre política entre os que preferem a democracia como regime político

Sendo assim, o cenário analisado neste texto mostra-se ambíguo. Por um lado, boa parte dos paulistanos não manifesta interesse em se informar sobre as questões políticas, expressando um afastamento em relação aos assuntos públicos. Encarando a situação a partir de um ponto de vista otimista, todavia, os indivíduos que frequentemente se informam sobre política demonstram razoável disposição em conhecer perspectivas conflitantes e tendem a apoiar a democracia, evidenciando que há espaço para diálogo entre posicionamentos discordantes.

Diante da realidade revelada pelos dados, o florescimento da cultura democrática parece estar atrelado ao fomento do interesse e do conhecimento político, tendo em vista que quem se informa tende a nutrir maior apreço pela democracia. Atuar sobre tais aspectos tem potencial para impactar todo o sistema de relacionamento dos cidadãos com a política, produzindo uma democracia mais vibrante.

Análise dos Dados 05

Entrevistados menos escolarizados e residentes em regiões mais pobres tenderiam a não votar caso o sufrágio fosse opcional.

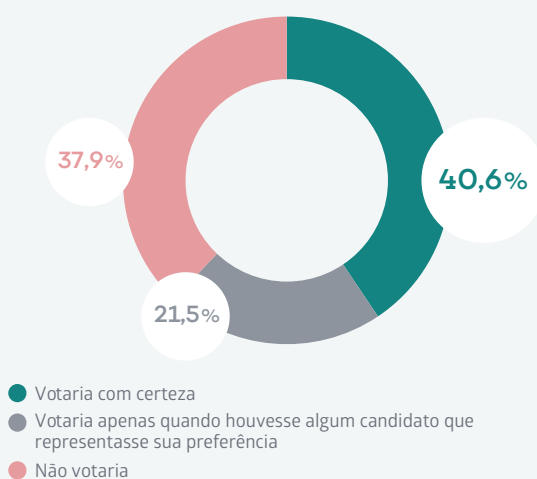
Os níveis de comparecimento eleitoral preocupam cientistas políticos em várias regiões do mundo, pois diversas democracias, mesmo as consolidadas, estão testemunhando quedas na quantidade de eleitores que participam da escolha dos representantes. Existem três principais razões para que o baixo comparecimento eleitoral seja visto como um problema (Quintelier, Hooghe, & Marien, 2011): distorções na representação, tendo em vista que alguns grupos podem ficar sub-representados; erosão da legitimidade do sistema político, abrindo questionamentos quando apenas uma parte da população elegeu os representantes; e perda dos efeitos positivos que o sufrágio estende a outros tipos de participação, pois indivíduos que comparecem às urnas tendem a se engajar politicamente de outras formas.

“OS PAULISTANOS FORAM PERGUNTADOS, PORTANTO, SE VOTARIAM CASO O SUFRÁGIO NÃO FOSSE OBRIGATÓRIO. 37,9% DOS ENTREVISTADOS AFIRMARAM QUE NÃO.”

O Brasil não apresenta grandes problemas de comparecimento eleitoral, dado que o voto é obrigatório no país, mas a disposição dos cidadãos a ir às urnas caso o sufrágio fosse opcional pode indicar o grau de engajamento político deles. Além disso, é uma forma de compreender quais grupos sentem-se mais próximos do sistema político, interessando-se pela participação direta e conferin-

do importância ao momento do voto. A disposição a votar se o sufrágio fosse voluntário, em suma, pode ser uma expressão da valorização conferida pelos cidadãos ao principal processo político em uma democracia representativa.

Os paulistanos foram perguntados, portanto, se votariam caso o sufrágio não fosse obrigatório. 37,9% dos entrevistados afirmaram que não. Os percentuais são consideravelmente diferentes, porém, quando são observadas as características dos respondentes.



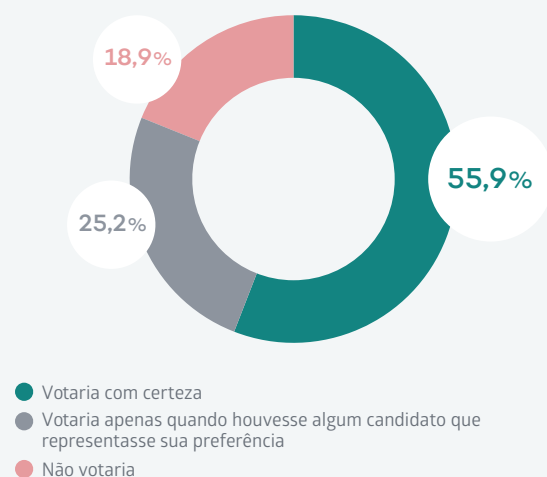
Disposição dos paulistanos a votar caso o sufrágio não fosse obrigatório

Os moradores das regiões mais pobres da cidade apresentam níveis mais baixos de interesse pelo voto quando comparados com a média da cidade

ou com regiões mais abastadas. 48,3% dos entrevistados da região Sul-2 e 43,4% da Leste-2, que são as mais pobres², afirmam que não votariam caso o sufrágio fosse voluntário. Já em regiões com maior renda, como Centro e Oeste, 27,7% dos moradores não votariam. Outra regional com residentes com renda mais alta, a Sul-1, apresenta dados mais semelhantes aos da cidade de São Paulo, com 34,5% dos entrevistados afirmando que não compareceriam às urnas caso não fossem obrigados.

“55,9% DOS ENTREVISTADOS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO AFIRMAM QUE VOTARIAM COM CERTEZA, MESMO QUE NÃO FOSSEM OBRIGADOS.”

A escolaridade é outro fator que parece importante para explicar a disposição para votar – e efeitos da variável já foram encontrados para o caso brasileiro (Cepaluni & Hidalgo, 2016; Elkins, 2000). 55,9% dos entrevistados com ensino superior completo afirmam que votariam com certeza, mesmo que não fossem obrigados (contra 40,6% da média da cidade de São Paulo). Já entre aqueles sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, 33,2% afirmam que compareceriam às urnas.



Disposição dos paulistanos com ensino superior completo a votar caso o sufrágio não fosse obrigatório

A ideia de Quintelier e colegas (2011) de que o *status* socioeconômico seja um importante fator a explicar o comparecimento às urnas parece ser corroborada pelos dados do IDL em São Paulo. Como a escolaridade está fortemente atrelada à renda no Brasil, é possível que esses efeitos se acumulem, pois 71,8% dos entrevistados que ganham entre 10 e 20 salários mínimos afirmam que votariam com certeza. Por outro lado, 53,3% dos que ganham até um salário mínimo não votariam caso o sufrágio fosse opcional.

Diferenças como de etnia, de gênero ou de idade também parecem alterar a disposição a votar. 46,6% dos entrevistados que se identificam como brancos e 56,3% dos orientais afirmam que votariam com certeza caso não houvesse obrigatoriedade. O percentual cai para 36,3% entre negros e para 26,9% entre indígenas. É provável que a diferença na disposição a participar entre as etnias esteja associada a outras variáveis, como renda e escolaridade, gerando uma acumulação das desigualdades.

“53,3% DOS QUE GANHAM ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO NÃO VOTARIAM CASO O SUFRÁGIO FOSSE OPCIONAL.”

Entre mulheres e homens também existe diferença na disposição para votar. A desigualdade se torna mais evidente ao verificar-se que ela não é explicada por critérios como grau de escolaridade, pois a distância permanece mesmo entre mulheres com alto grau de instrução. O percentual de mulheres que votaria caso o sufrágio fosse opcional (38,9%) é mais baixo que o da cidade de São Paulo como um todo (40,6%). Ao mesmo tempo, o de homens que votariam (42,6%) é mais alto que o da cidade. É possível que a menor disposição das mulheres em participar eleitoralmente caso não fossem obrigadas seja um reflexo de desigualdades estruturais, a exemplo de uma socialização que, em geral, não estimula o engajamento político por parte delas e do acúmulo da jornada de trabalho com serviços

2. Informação obtida a partir de dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo em associação com variáveis de caracterização do IDL.

domésticos (Verba et al., 1995). A baixa representação das mulheres no sistema político pode ser outro fator a desencorajar a participação política deste grupo, ao mesmo tempo em que é expressão das dificuldades enfrentadas por elas para atuar politicamente, já que os custos de seu engajamento são mais elevados.

Quando considerada a idade dos respondentes, aqueles na faixa etária de 30 a 44 anos (41,6%) e os que estão acima de 60 anos (51,1%) manifestam maior inclinação a votar que a média da cidade (40,6%). Já os mais jovens, entre 16 e 29 anos, são os que apresentam maior percentual de disposição a votar condicionada: 27,7% dos respondentes nesta faixa etária afirmam que votariam apenas quando algum candidato representasse sua preferência, enquanto a média da cidade é de 21,5%. Esses dados podem indicar, em alguma medida, que o fenômeno do desencantamento com o sistema político institucional possua um componente geracional, de modo que as novas gerações encarem as instituições representativas tradicionais, como os partidos e as eleições, com maior ceticismo e desconfiança do que as gerações anteriores. Outra possibilidade é que haja um aprendizado devido ao exercício do voto, fazendo com que cidadãos que participaram eleitoralmente mais vezes confirmem maior importância a tal momento.

“A BAIXA DISPOSIÇÃO A VOTAR DE BOA PARTE DOS PAULISTANOS PODE SER VISTA COMO EXPRESSÃO DAS DIFICULDADES EM UNIVERSALIZAR A CULTURA DEMOCRÁTICA NO BRASIL, AINDA MAIS QUANDO CONSIDERAMOS QUE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FOI A DIMENSÃO COM MENOR NOTA NO IDL (4,14).”

Neste ponto, é necessário destacar que não há evidência de que o voto obrigatório favoreça alguma corrente ideológica ou região específica (Elkins, 2000; Power, 2009; Quintelier et al., 2011), mas que cria incentivos para a manifestação de grupos menos privilegiados. Não se trata de que o voto obrigatório produza igualdade de participação, mas ele aumenta a possibilidade de que todos os grupos sociais se pronunciem (Lijphart, 1997), como indicam os dados apresentados aqui.

Ao mesmo tempo, há também que se considerar a problemática da obrigatoriedade do voto a partir de outras perspectivas, tais como o possível conflito com a liberdade de indivíduos e grupos sociais cuja visão de mundo está em desacordo com o processo eleitoral, ou mesmo os possíveis efeitos negativos da participação compulsória no resultado final das eleições e na satisfação com a democracia (Singh, 2018). Enfim, certamente não se trata de um debate simples, mas a produção de estatísticas pode contribuir para alcançar um entendimento acurado.

A baixa disposição a votar de boa parte dos paulistanos pode ser vista como expressão das dificuldades em universalizar a cultura democrática no Brasil, ainda mais quando consideramos que a Participação Política foi a dimensão com menor nota no IDL (4,14). As falhas do Poder Público em responder às demandas do eleitorado, um dos componentes mal avaliados pelos especialistas (com nota 5,19), também podem desempenhar um papel em desencorajar a participação, especialmente de grupos marginalizados. Os resultados indicam o tamanho do desafio existente para estimular a participação política dos cidadãos, cujo desinteresse tem explicações e raízes complexas.

CONFIAR E CONHECER: DOIS REQUISITOS PARA EXERCITAR CULTURA DEMOCRÁTICA

Nos últimos anos, a existência de uma recessão democrática ao redor do mundo tem sido apontada por diferentes autores (Diamond, 2017; Levitsky & Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). O cenário otimista da democracia no pós Guerra Fria, que apostava em fórmulas institucionais de construção democrática, hoje parece ser complementado por uma perspectiva que entende não ser suficiente esse arranjo. As instituições não têm dado conta de toda a complexidade da democracia, e é necessário, então, que os cidadãos tomem parte nas questões públicas a fim de aprofundar o processo de democratização em suas comunidades.

Em geral, os diagnósticos sobre o estado da democracia são realizados em nível nacional, comparando a situação de diferentes países. Embora essa forma de análise ofereça insumos fundamentais a respeito das diferenças em cultura política ao redor do mundo, ajudando a detectar padrões e possibilidades de ação em escala global, pouco se sabe a respeito da manifestação da cultura política no lócus diário do convívio dos cidadãos: o nível local. Se, conforme apontado, repousa nos cidadãos a sustentabilidade da democracia enquanto regime político, nada mais importante do que acompanhar de perto o que os cidadãos sentem, pensam e fazem.

Assim, examinar a democracia em nível local é relevante pois permite que o setor público, as empresas e a sociedade civil possam tomar decisões eficazes relativas ao interesse coletivo. As ações passam a ser fundamentadas nos cidadãos, que funcionam como o sustentáculo do engajamento cívico e do acompanhamento do bom funcionamento das instituições. Desse modo, as próprias comunidades podem estipular seus desafios e encontrar soluções para os problemas que as afligem. Olhar para o nível local permite, portanto, perceber como a democracia é apropriada e pode ser melhor exercida pelos cidadãos em seu cotidiano.

O caráter sistêmico da cultura democrática

Uma das principais reflexões a ser traçada a partir dos resultados do IDL é o caráter sistêmico dos elementos da democracia em São Paulo, que perpassam, em maior ou menor grau, a dimensão da cultura democrática. Se, unindo definições de Michael Coppedge (2012) e Guy Rocher (1992), argumentamos que cultura consiste nas orientações que estruturam as formas de sentir, pensar e agir das pessoas, vemos como o IDL demonstra a insuficiência de nossa cultura frente aos desafios da democracia.

Nossa maneira de sentir

Os **níveis de confiança** na cidade de São Paulo mostram como nos sentimos inseguros frente aos outros cidadãos. Ainda que a maior confiança favoreça a adesão à democracia, o problema parece requerer atenção especial. A desconfiança, seja em relação a instituições políticas e sociais ou a outros cidadãos, é generalizada entre os paulistanos. Além disso, baixos níveis de confiança persistem mesmo entre indivíduos com maior grau de conhecimento político. Assim, há indícios de que o aumento de repertório cognitivo não seja suficiente para resolver as limitações de confiança.

O estímulo à confiança, tanto interpessoal como no sistema político, é ponto-chave para a construção de uma cultura democrática consistente. Iniciativas para fomentar o associativismo, bem como o provimento de espaços para convívio com outros moradores da cidade, podem produzir impactos neste sentido. Deve-se chamar atenção, porém, para a possibilidade de que os altos níveis de desconfiança manifestados pelos paulistanos sejam produto de problemas recorrentes em diversas cidades brasileiras cuja resolução requer a participação direta do Estado, a exemplo da insegurança pública.

Nossa maneira de pensar

Mais um ponto central para compreender a democracia na cidade é o aparente efeito da **dimensão cognitiva** (conhecimento e interesse político) sobre outros aspectos do sistema. Até parte significativa dos cidadãos que se apresentam como democratas (ao concordar totalmente que a democracia é a melhor forma de governo) expressam seu desconhecimento sobre o que caracteriza um regime democrático, ao aceitar relativizá-lo. O interesse político também parece estar associado com a adesão à democracia, pois cidadãos mais informados e que acessam fontes mais plurais tendem a demonstrar maior apreço pelo regime.

Não basta, assim, apoiar formalmente a democracia. A questão mais importante é o quanto, de fato, as pessoas aderem aos valores que caracterizam o regime democrático e quanto conhecimento elas buscam adquirir para vivenciar e participar de processos democráticos. Apoiar a democracia significa, então, aceitar até mesmo os ônus e os deveres decorrentes de seu funcionamento, ainda que isso implique em decisões e transformações mais lentas – mas que sempre são preferíveis às alternativas autoritárias.

Nossa maneira de agir

O cenário de desconfiança, somado à falta de conhecimento sobre a democracia e de como atuar no sistema, materializa-se, de modo mais evidente, na

questão da participação política, que, entre as dimensões de análise, apresenta a menor nota no cômputo final do índice (4,14). Vemos, assim, que os baixos níveis de confiança, interesse e conhecimento verificados podem afetar a participação, seja em esferas institucionalizadas ou em âmbitos informais. Parece haver, ao mesmo tempo, influências de fatores socioeconômicos, a exemplo da baixa escolaridade ou da região da cidade, como limitadores da participação política dos paulistanos.

Os resultados do IDL evidenciam as limitações da cultura democrática na cidade de São Paulo, que influenciam, dentre outros fatores, o comportamento dos cidadãos. Baixas pontuações em participação e em associativismo afetam o bom funcionamento do regime democrático. O regime do povo, pelo povo e para o povo não pode contar, em São Paulo, com cidadãos que se engajam o quanto poderiam frente às possibilidades de atuação. Fatores como a falta de confiança interpessoal e institucional, bem como os baixos níveis de conhecimento sobre o regime, instituições e maneiras de contribuição, podem influenciar tal lacuna participativa.

Reflexos visíveis de nossa cultura

Os resultados encontrados no *survey* da população caminham de mãos dadas com as avaliações dos especialistas. Pontos fracos, como o atributo de igualdade e justiça (4,53), parecem espelhar os baixos níveis de conhecimento político e de disposição a partici-

par. A avaliação do Funcionamento do Governo Local, por sua vez, é a dimensão mais mal avaliada entre os experts (5,78) e pode ajudar a explicar os baixos níveis de confiança no Poder Público. Dentro dessa dimensão, um dos atributos mais problemáticos é transparência e *accountability* (5,56), indicando as dificuldades de o governo mostrar-se aberto aos cidadãos, o que pode também influenciar a disposição a participar ou o aprofundamento da cultura democrática. Segundo parte dos especialistas, a avaliação do Funcionamento do Governo Local parece estar conectada à falta de cobrança e de participação cidadã que, quando incisiva, constrange o Poder Público a melhorar seus serviços e a ser mais responsivo.

Ao mesmo tempo, é possível perceber a raiz cultural dos déficits democráticos ao considerar também a dimensão de Processo Eleitoral. A dimensão eleitoral apresenta problemas relacionados à competição eleitoral, tendo como ponto fraco as dinâmicas intrapartidárias (4,76). É possível que esse seja um dos fatores a colaborar para o alto grau de desconfiança nos partidos e para o afastamento dos cidadãos em relação à participação partidária, aprofundando a distância entre representantes e representados. Mais uma vez, o problema não se limita ao desenho institucional, agora dos partidos políticos, mas também em como ele é, na prática, operacionalizado.

No entanto, é preciso destacar que a dimensão do Processo Eleitoral apresenta a maior pontuação do IDL (7,91). Nessa dimensão, os atributos com melhores notas

em todo o IDL são inclusão eleitoral (9,49) e integridade eleitoral (8,48). Junto à boa avaliação do atributo liberdades e direitos políticos (8,36), que compõe a dimensão Liberdades e Direitos, os especialistas reconhecem a solidez do processo-chave para a sustentação da democracia: a realização de eleições limpas, com a inclusão de todos os cidadãos aptos a votar, sem restrição de seus direitos políticos.

Os dados provenientes da avaliação dos especialistas podem ser entendidos como a garantia de que existem condições para a sustentabilidade da democracia no longo prazo. Porém, tratam-se de condições, potencialidades. Combinando os resultados da avaliação dos especialistas com o *survey* da população, fica evidente que as fragilidades verificadas podem corroer as conquistas democráticas de que dispomos na atualidade. Pensando na democracia no longo prazo, é preciso que a sociedade dê um passo além.

Caminhos possíveis para a consolidação da democracia local

Diante desse quadro, algumas possibilidades de ação surgem para pensar a sustentabilidade, em longo prazo, da democracia paulistana. A educação para a cidadania facilmente aparece como uma das soluções mais adequadas, pois resulta em níveis básicos de conhecimento sobre o funcionamento do regime democrático e de suas instituições, além de promover e enraizar valores democráticos. A garantia de acesso a informações de qua-

lidade e a valorização delas por parte dos cidadãos também são elementos cruciais para a existência de indivíduos mais capacitados para atuar em consonância com princípios democráticos.

Ao mesmo tempo, é importante valorizar a solidez do processo eleitoral brasileiro, conforme apontado pelos especialistas. Neste sentido, enquanto são necessários ajustes a fim de tornar os processos de seleção de candidatos e de inserção partidária mais abertos, as instituições devem garantir a preservação de direitos políticos, fundamentais para a consolidação da democracia.

De forma ampliada, os resultados do IDL podem ser utilizados com diferentes finalidades, oferecendo uma contribuição efetiva para o diagnóstico da democracia local em São Paulo. Para além desta etapa, eles podem ser aproveitados para complementar análises de políticas públicas e para subsidiar o trabalho de atores tanto do Poder Público quanto da sociedade civil. Os dados também podem ser explorados cientificamente, a fim de testar hipóteses relativas à influência das dimensões culturais para o funcionamento da democracia, permitindo abordar discussões clássicas a respeito do regime (como participação e conhecimento político) em esfera local.

Por fim, o IDL pode estimular o engajamento público com as questões abordadas, oferecendo à população informações acerca do estado da democracia na cidade onde reside. Dessa forma, espera-se que a ferramenta encoraje o debate e fomenta iniciativas

direcionadas à valorização da democracia na vida diária dos cidadãos, o que oferecerá uma base indispensável para consolidar o regime democrático em São Paulo e, de modo geral, no Brasil. O aprimoramento de nossa democracia, em nível local e nacional, não é um propósito capaz de ser alcançado imediatamente; no entanto, quanto mais o tomarmos como objeto de nosso interesse, nos comprometendo permanentemente com o cultivo da cultura democrática, cada vez mais perto estaremos de vê-la florescer.

Veja a seguir um panorama de cada região administrativa da cidade de São Paulo, SP.

ANEXO:

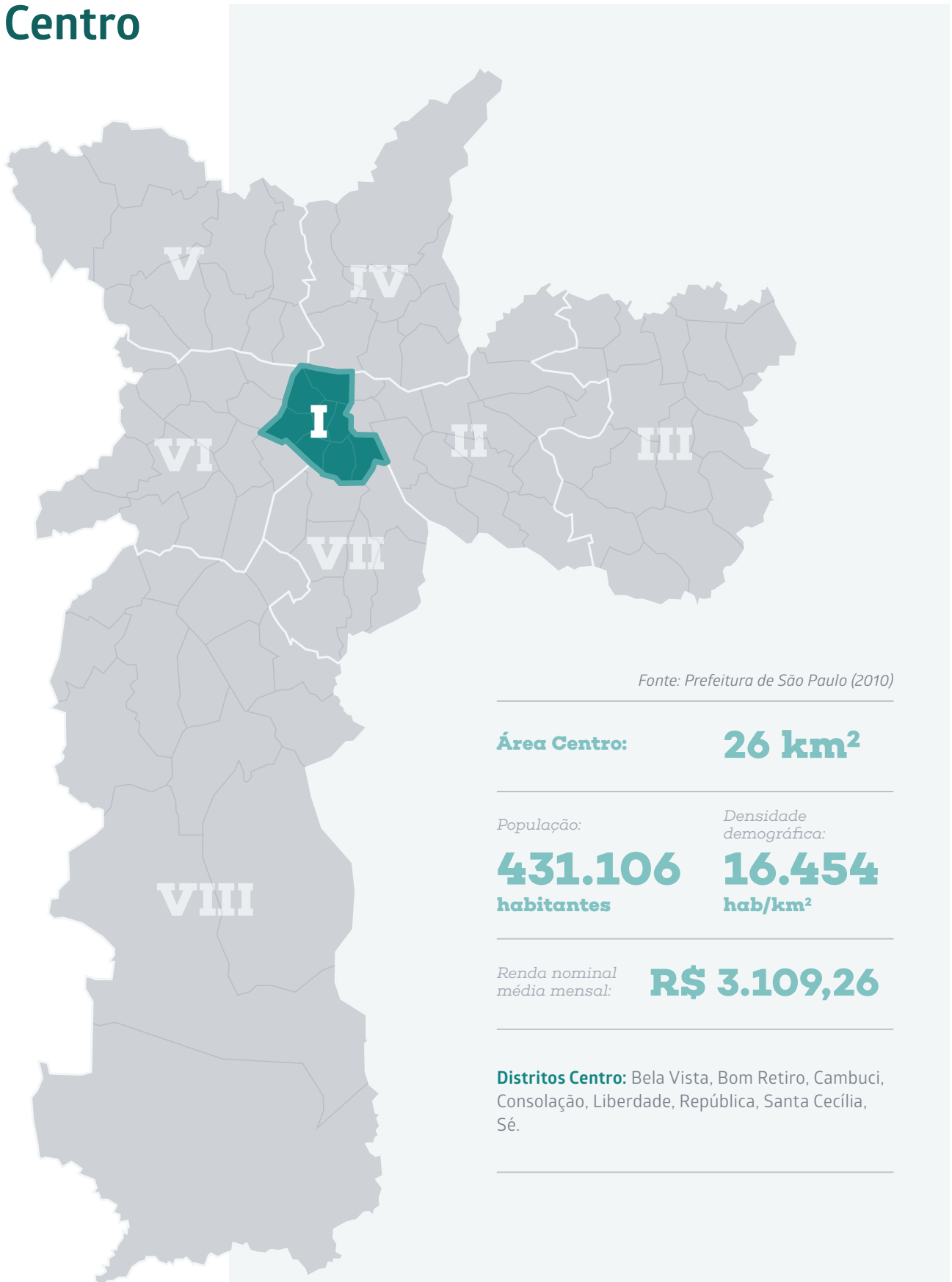
Raio-X das

Regionais



Raio-X das Regionais **I**

Centro



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2010)

Área Centro: **26 km²**

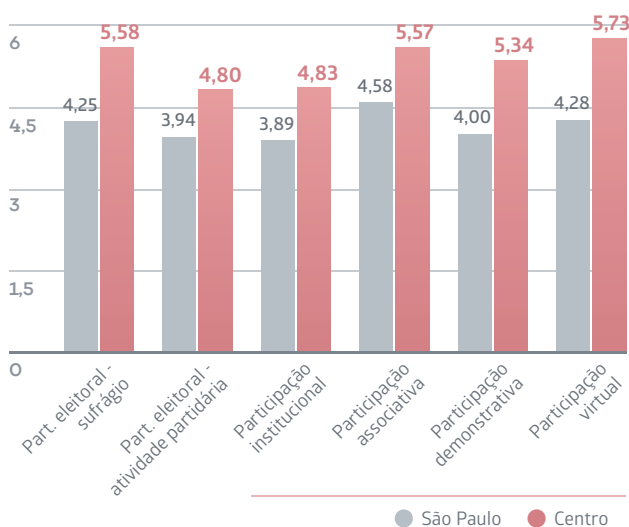
População:	Densidade demográfica:
431.106	16.454
habitantes	hab/km ²

Renda nominal média mensal: **R\$ 3.109,26**

Distritos Centro: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília, Sé.

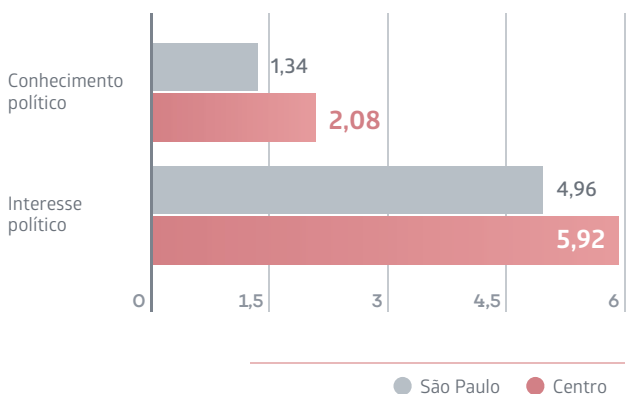
A região Centro apresenta pontuação superior em todas as formas de Participação Política quando comparada à cidade de São Paulo. Esta é a zona com mais altas notas nos componentes sufrágio, participação institucional e virtual.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Centro



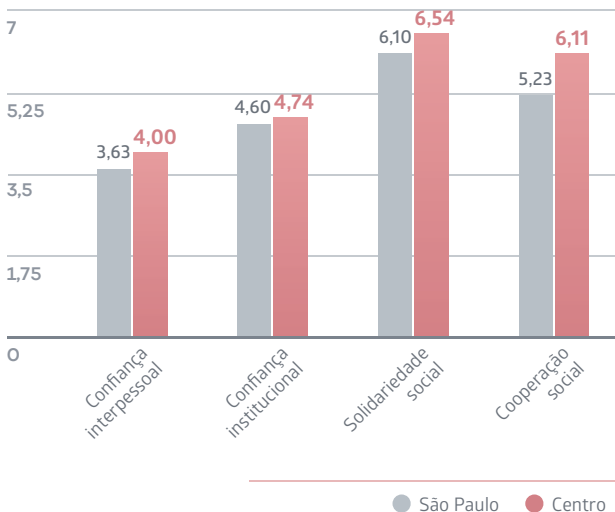
A região Centro é a que melhor pontua em conhecimento e em interesse político quando comparada às outras regionais e à cidade de São Paulo.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Centro



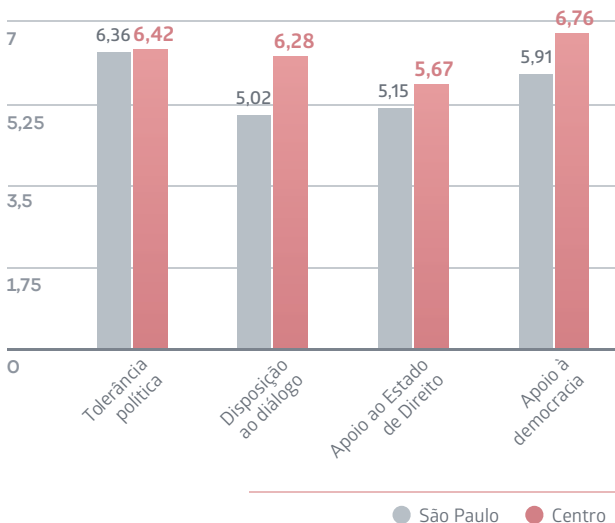
A região Centro apresenta níveis de confiança, de solidariedade e de cooperação social ligeiramente superiores aos da cidade de São Paulo.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Centro



A região Centro apresenta níveis de tolerância política, de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia mais altos que os da cidade de São Paulo. Esta é a zona com mais alta nota em disposição ao diálogo e em apoio à democracia.

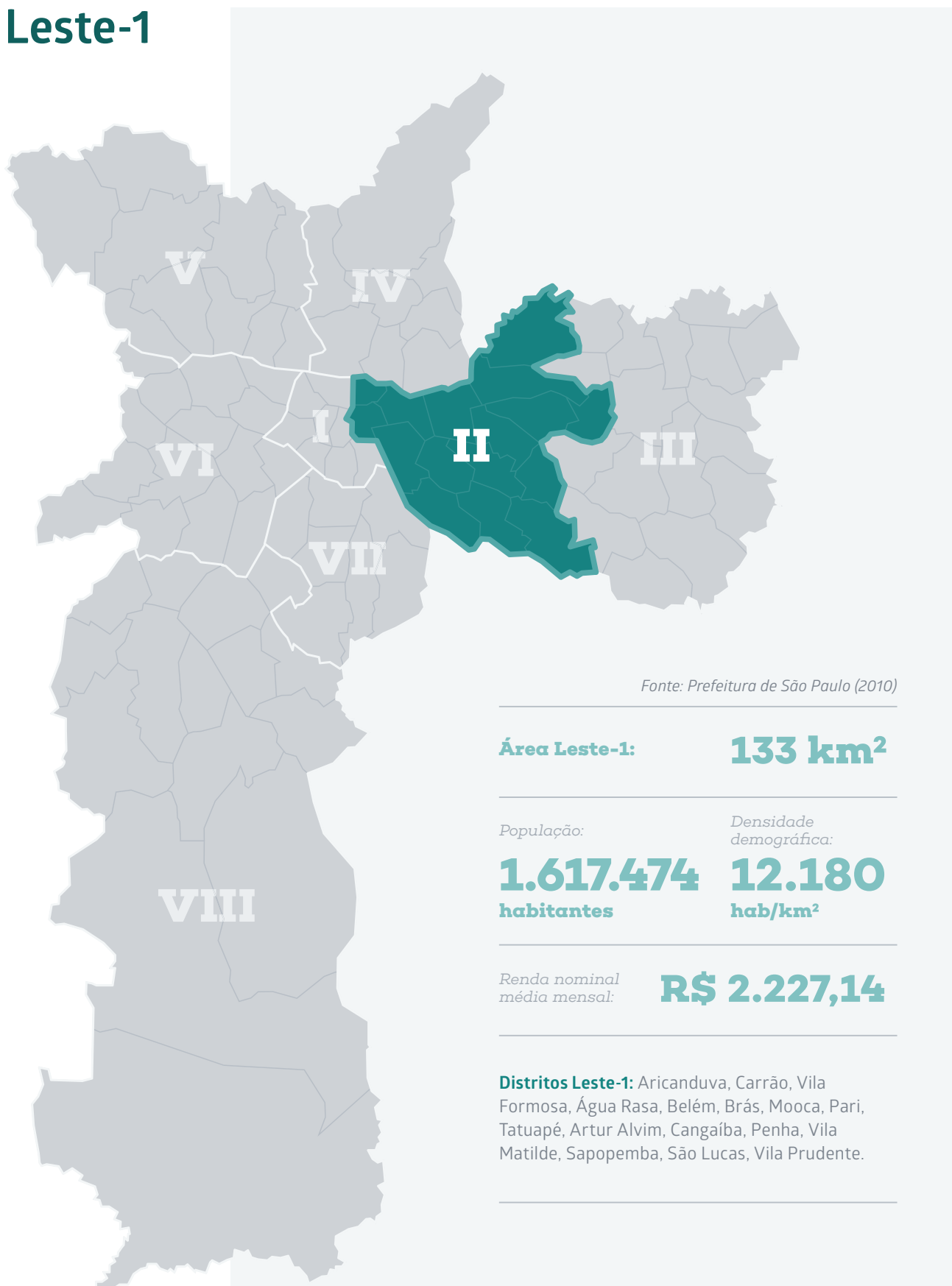
Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Centro



Raio-X das Regionais

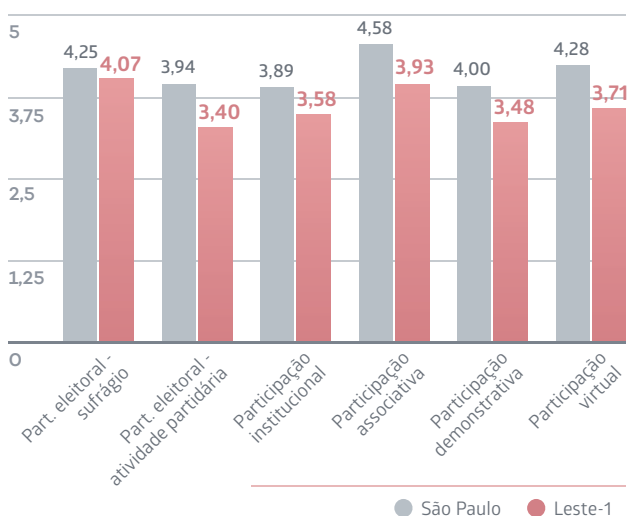
II

Leste-1



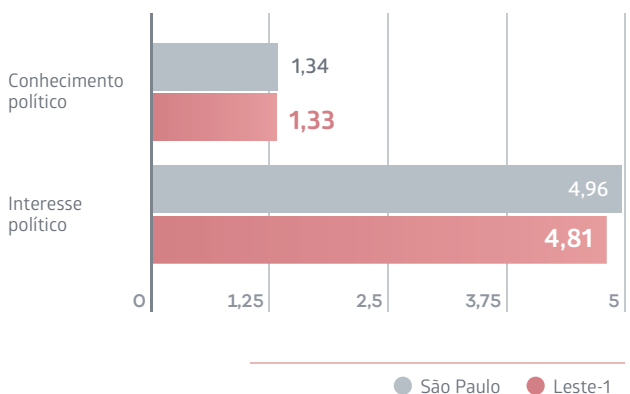
O único tipo de Participação Política no qual os níveis da região Leste-1 se aproximam daqueles da cidade de São Paulo é na participação eleitoral via sufrágio. Essa é a região com menores notas nos componentes de atividade partidária, participação associativa, demonstrativa e virtual.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Leste-1



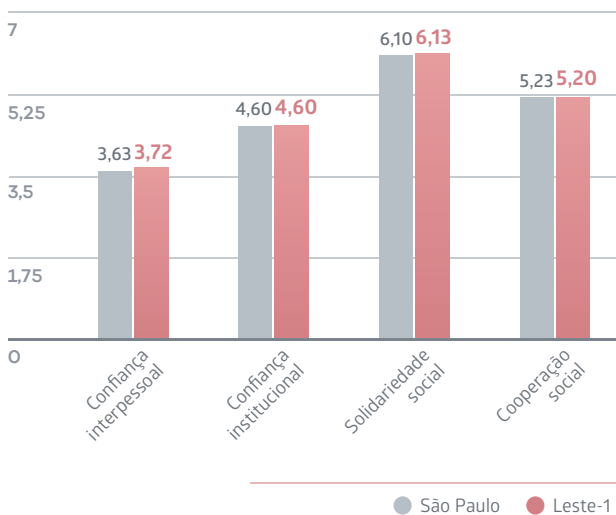
As pontuações da região Leste-1 nos componentes da dimensão cognitiva são semelhantes às da cidade de São Paulo, sendo ligeiramente mais baixas em interesse político.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Leste-1



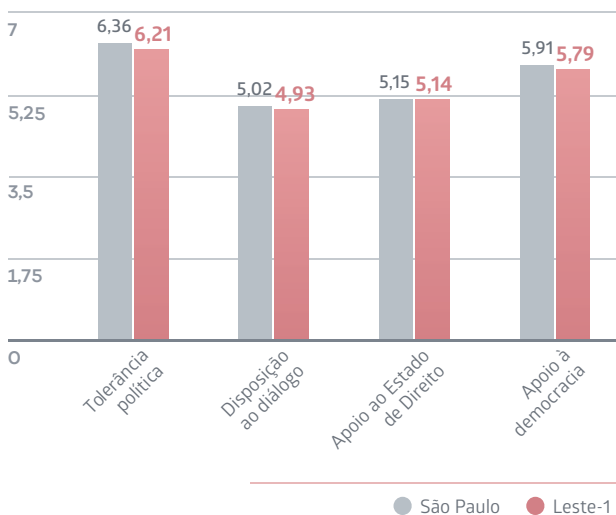
Os níveis de confiança, de solidariedade e de cooperação social da região Leste-1 são praticamente os mesmos que os da cidade de São Paulo.

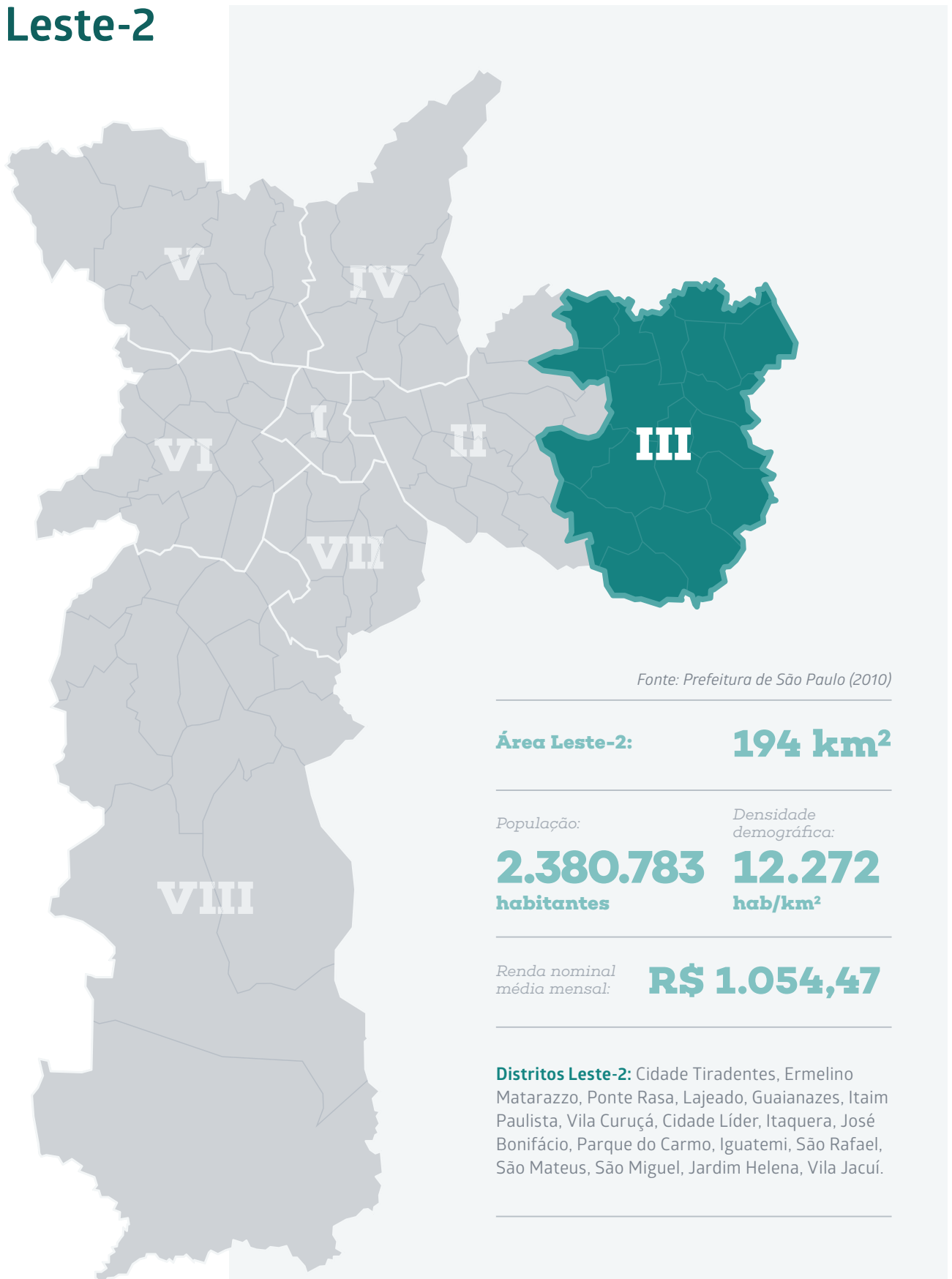
Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Leste-1



A região Leste-1 apresenta níveis ligeiramente mais baixos de tolerância política, de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia em comparação com a cidade de São Paulo.

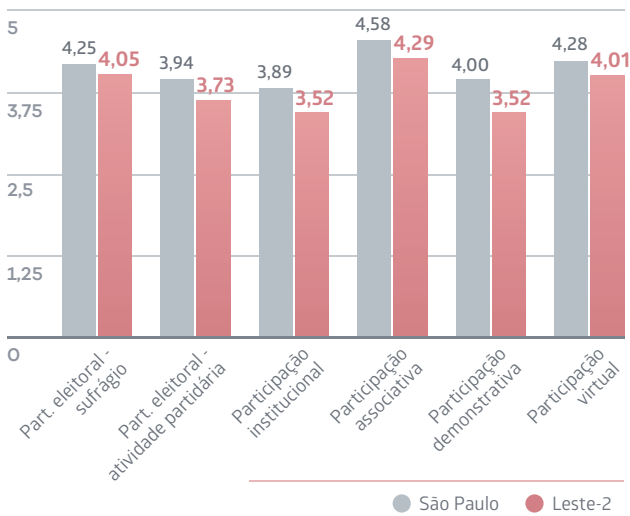
Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Leste-1



Raio-X das Regionais **III****Leste-2**

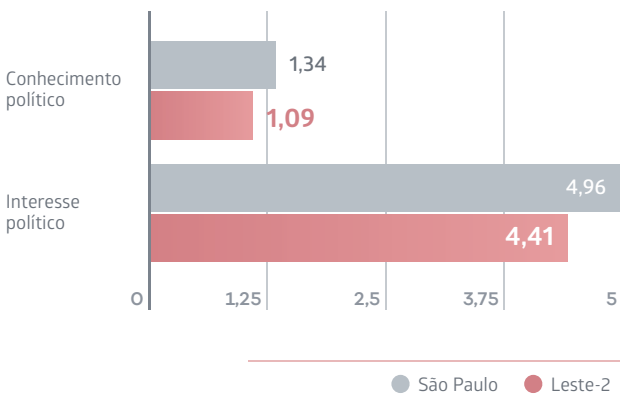
Os níveis de Participação Política na região Leste-2 são inferiores aos da cidade de São Paulo, com maior diferença em participação demonstrativa. Essa é a região com menor nota no componente de participação institucional.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Leste-2



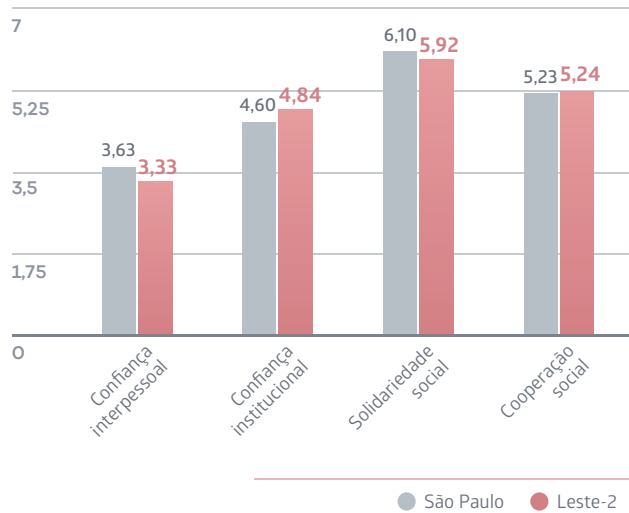
A região Leste-2 apresenta níveis mais baixos de conhecimento e de interesse político que a cidade de São Paulo. Esta é a zona com menor nota em interesse político.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Leste-2



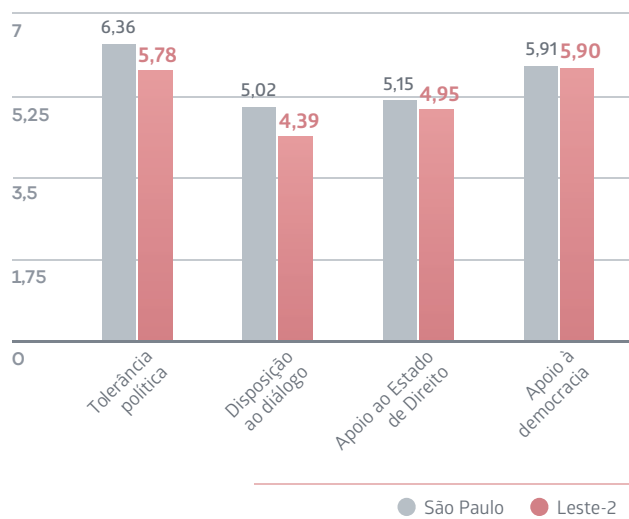
A região Leste-2 apresenta níveis de confiança interpessoal e de solidariedade social mais baixos que os da cidade de São Paulo. Esta é a zona com menor nota em confiança interpessoal.

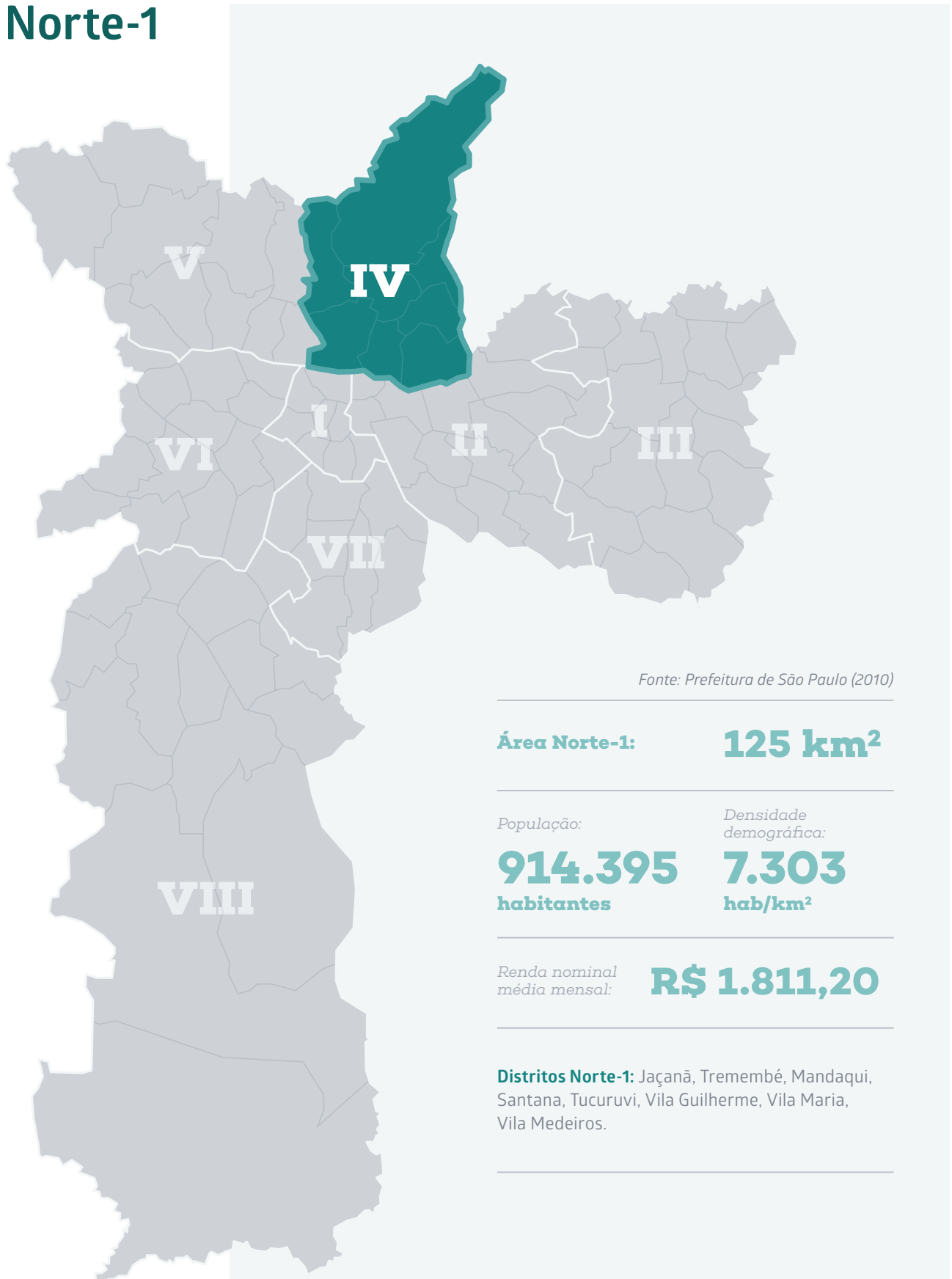
Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Leste-2



A região Leste-2 apresenta níveis mais baixos de tolerância política, de disposição ao diálogo e de apoio ao Estado de Direito que a cidade de São Paulo, mas aproxima-se do padrão do município em apoio à democracia. Essa região apresenta as piores notas em tolerância política e em disposição ao diálogo.

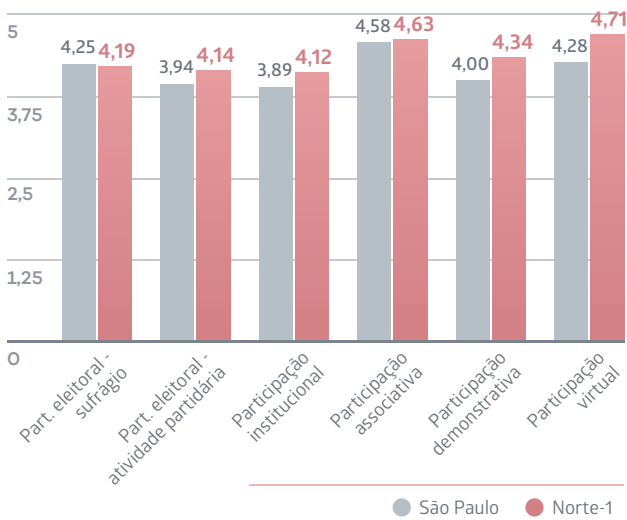
Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Leste-2



Raio-X das Regionais IV**Norte-1**

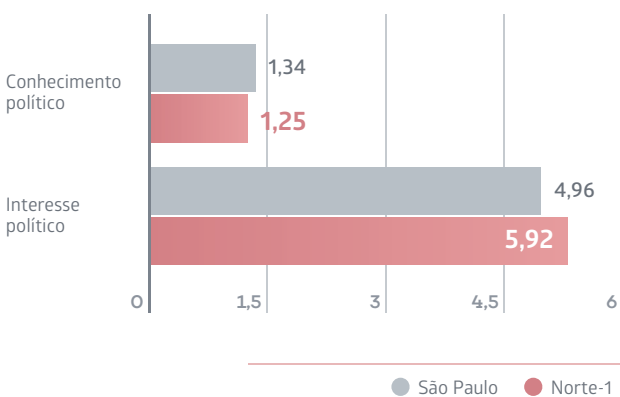
A região Norte-1 apresenta níveis de Participação Política ligeiramente superiores aos da cidade de São Paulo, com maior diferença na participação virtual.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Norte-1



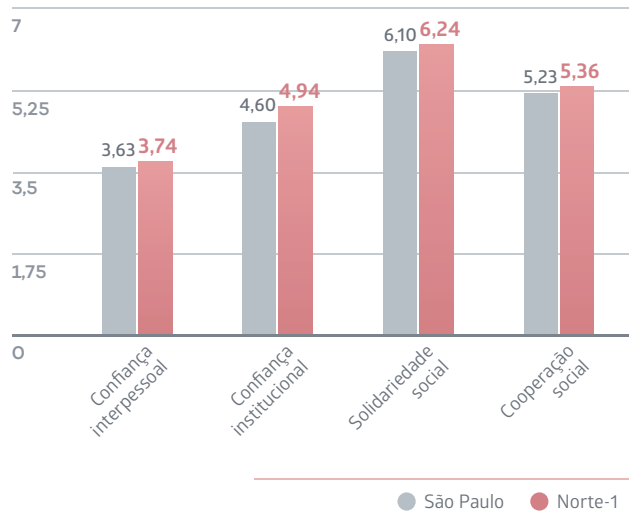
A região Norte-1 traz uma situação conflitante na dimensão cognitiva. A zona mostra níveis mais baixos de conhecimento político que a cidade de São Paulo, mas níveis mais altos de interesse político quando comparada ao município.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Norte-1



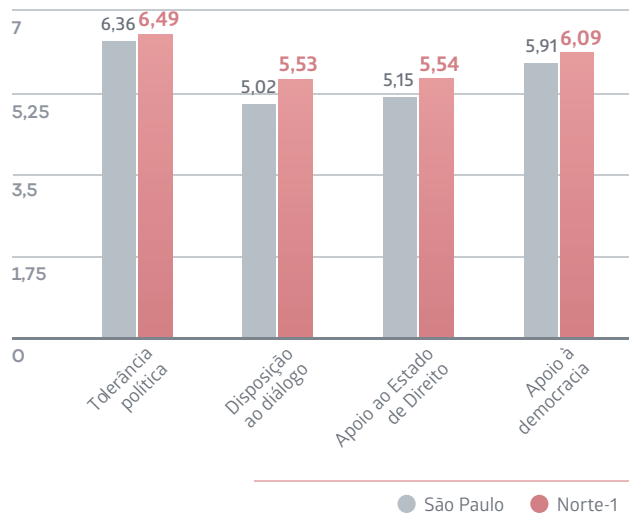
A região Norte-1 apresenta níveis de confiança, de solidariedade e de cooperação social ligeiramente superiores aos da cidade de São Paulo. Esta é a região com melhor pontuação em confiança institucional.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Norte-1



Os níveis de tolerância política, de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia são mais altos na região Norte-1 que na cidade de São Paulo.

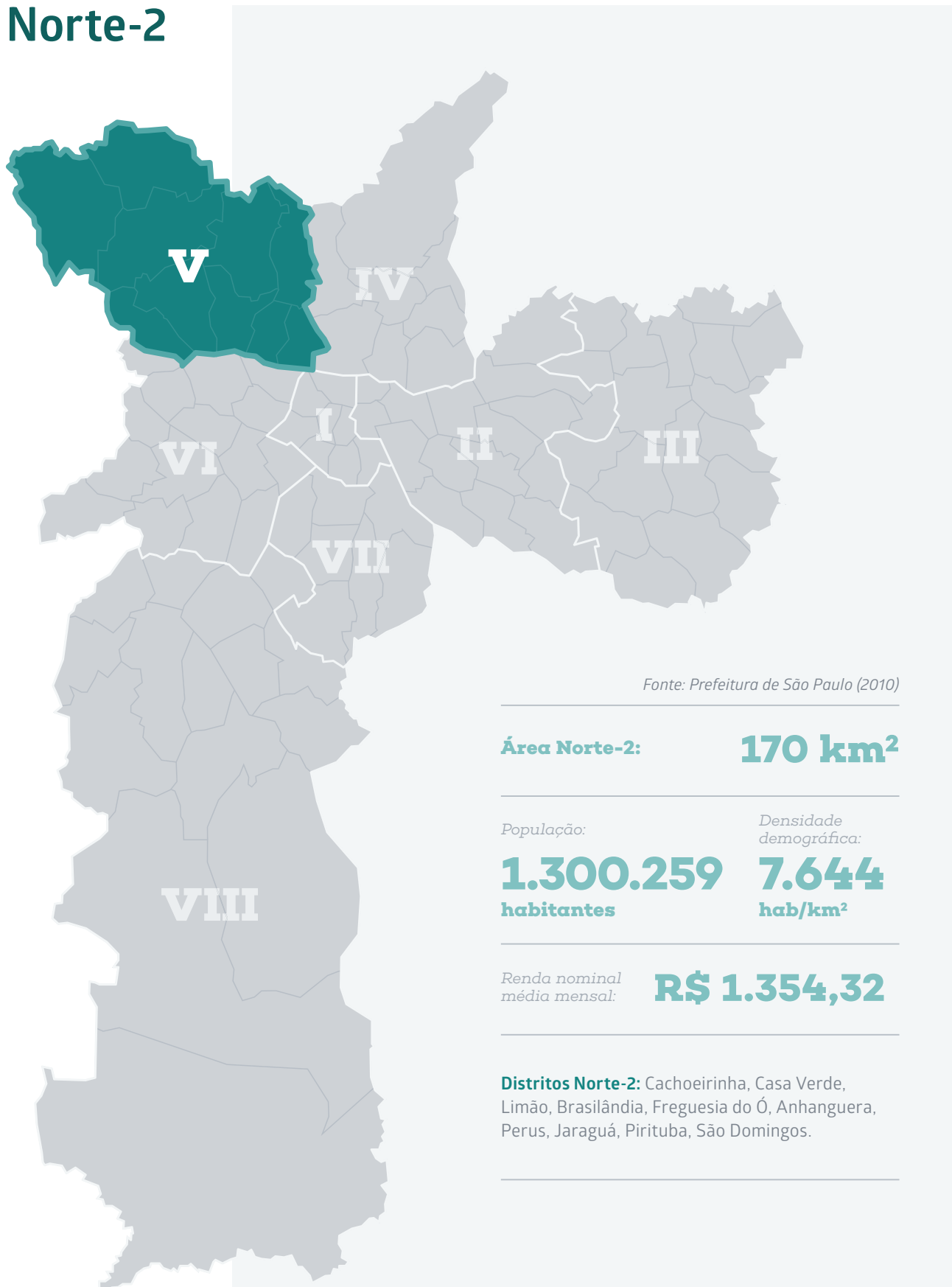
Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Norte-1



Raio-X das Regionais



Norte-2



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2010)

Área Norte-2: **170 km²**

População:

1.300.259
habitantes

Densidade demográfica:

7.644
hab/km²

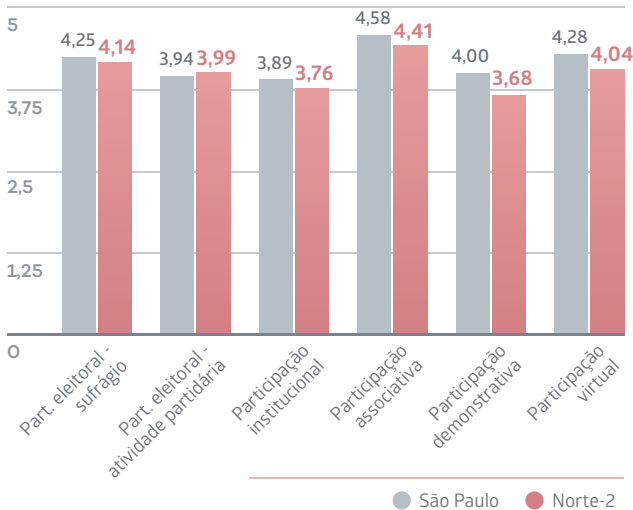
Renda nominal média mensal:

R\$ 1.354,32

Distritos Norte-2: Cachoeirinha, Casa Verde, Limão, Brasilândia, Freguesia do Ó, Anhanguera, Perus, Jaraguá, Pirituba, São Domingos.

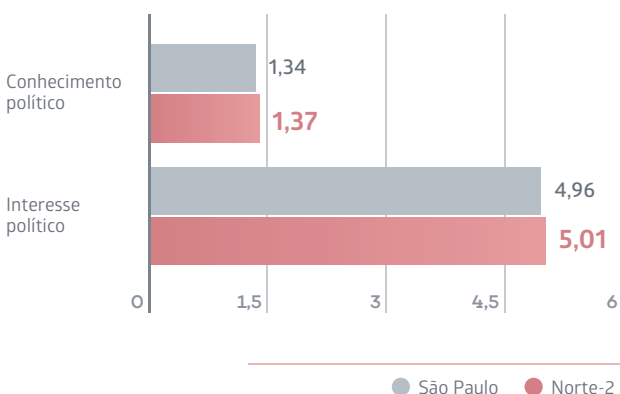
A região Norte-2 apresenta níveis de Participação Política ligeiramente inferiores aos da cidade de São Paulo, exceto em atividade partidária, na qual as notas são praticamente as mesmas.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Norte-2



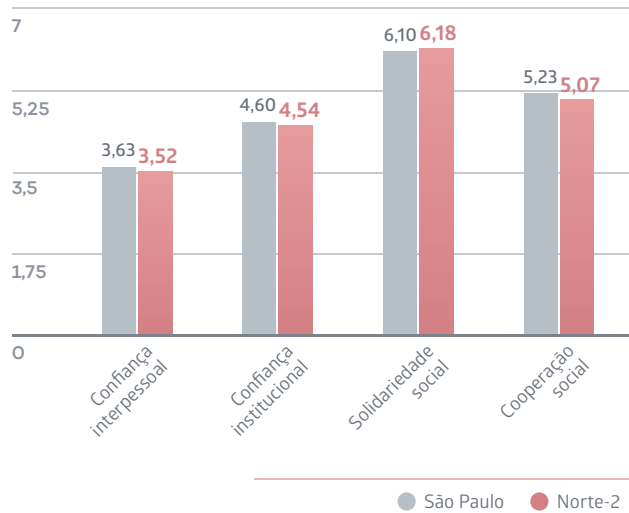
A pontuação da dimensão cognitiva na região Norte-2 é próxima à da cidade de São Paulo, sendo ligeiramente mais alta em conhecimento e em interesse político.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Norte-2



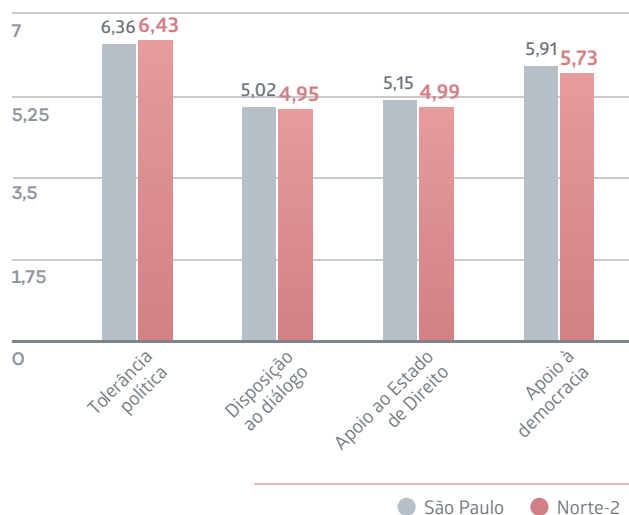
A região Norte-2 apresenta níveis de confiança e de cooperação social mais baixos que os da cidade de São Paulo, enquanto a pontuação de solidariedade social é ligeiramente superior em comparação com o município.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Norte-2



A região Norte-2 apresenta níveis mais baixos de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia que a cidade de São Paulo. A nota de tolerância política é ligeiramente mais alta na zona que no município.

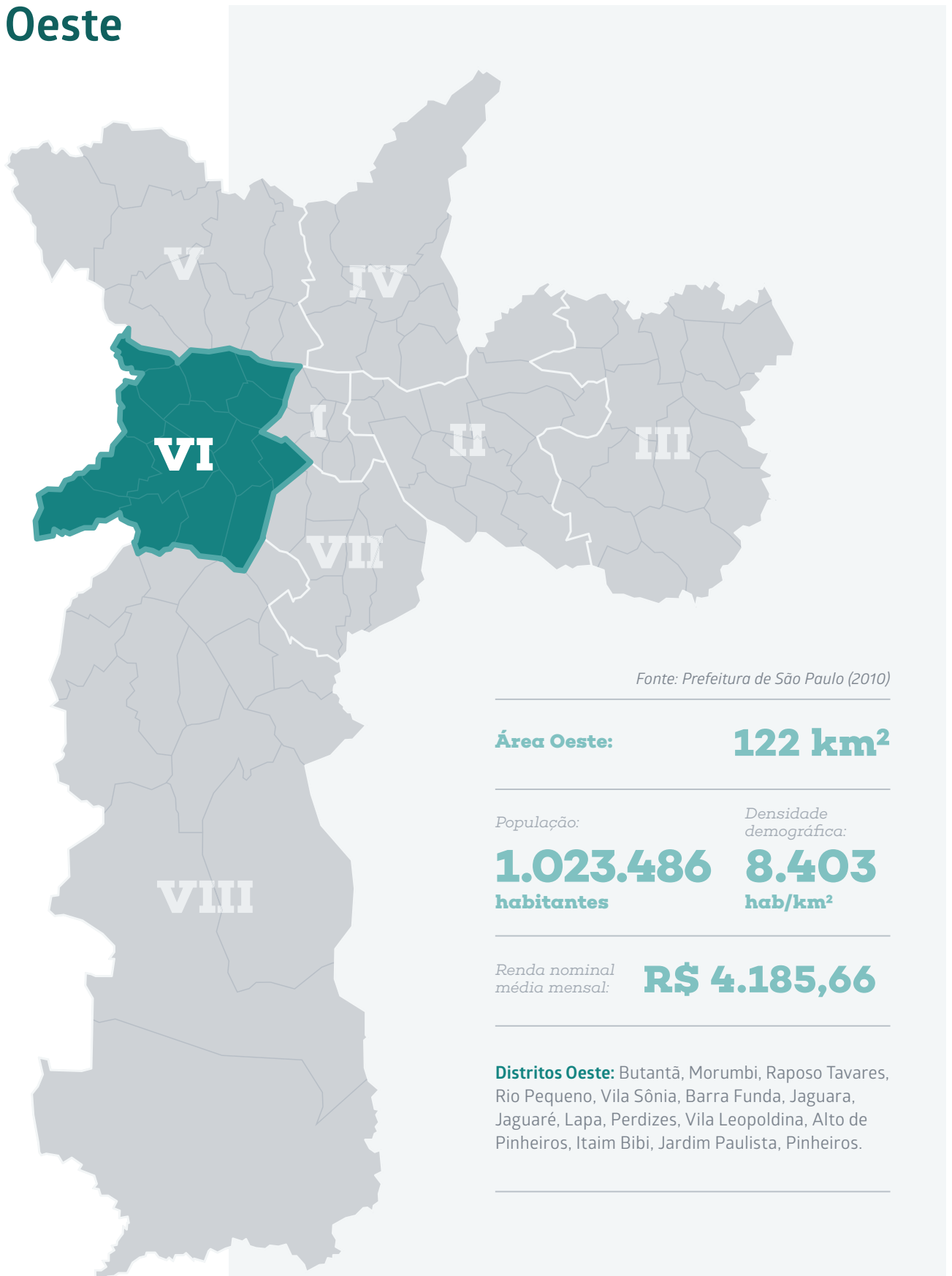
Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Norte-2



Raio-X das
Regionais

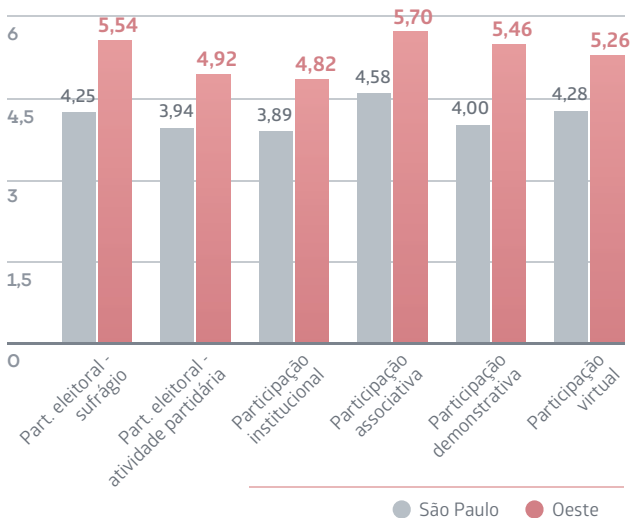
VI

Oeste



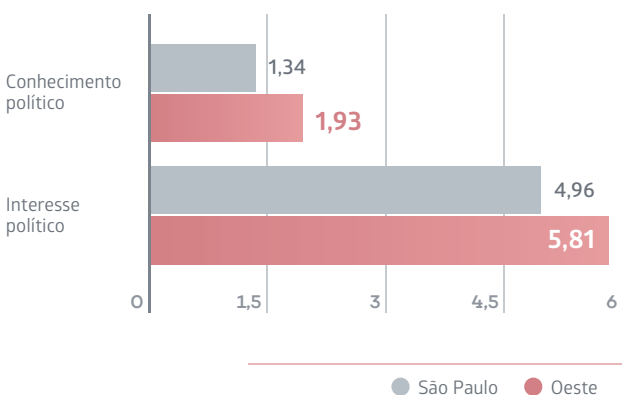
A região Oeste apresenta pontuação superior em todas as formas de Participação Política quando comparada à cidade de São Paulo. Esta é a zona com mais altas notas em atividade partidária, participação associativa e demonstrativa.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Oeste



A região Oeste apresenta níveis de conhecimento e de interesse político mais altos que os da cidade de São Paulo.

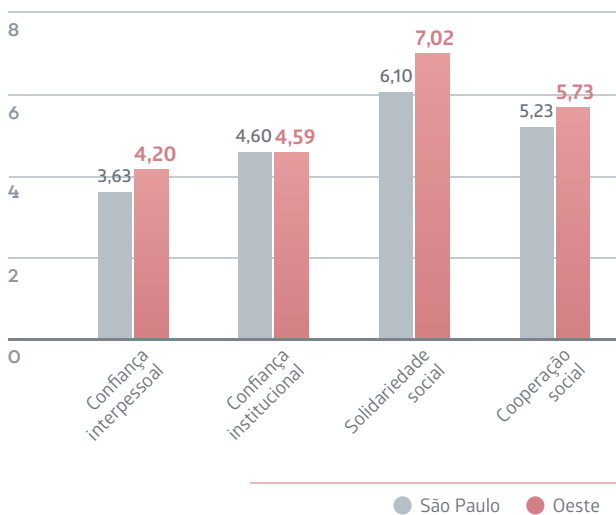
Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Oeste



A região Oeste apresenta notas de confiança interpessoal, de solidariedade e de cooperação social mais altas que as da cidade de São Paulo, enquanto a pontuação de confiança institucional é praticamente a

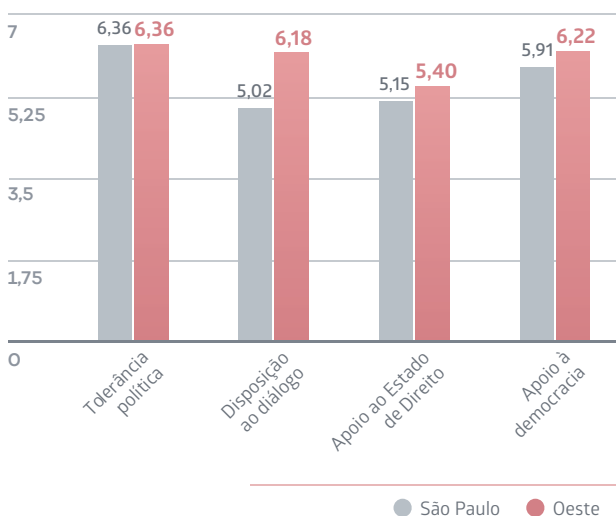
mesma para a regional e para o município. Esta é a zona com mais alta pontuação em confiança interpessoal e em solidariedade social.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Oeste



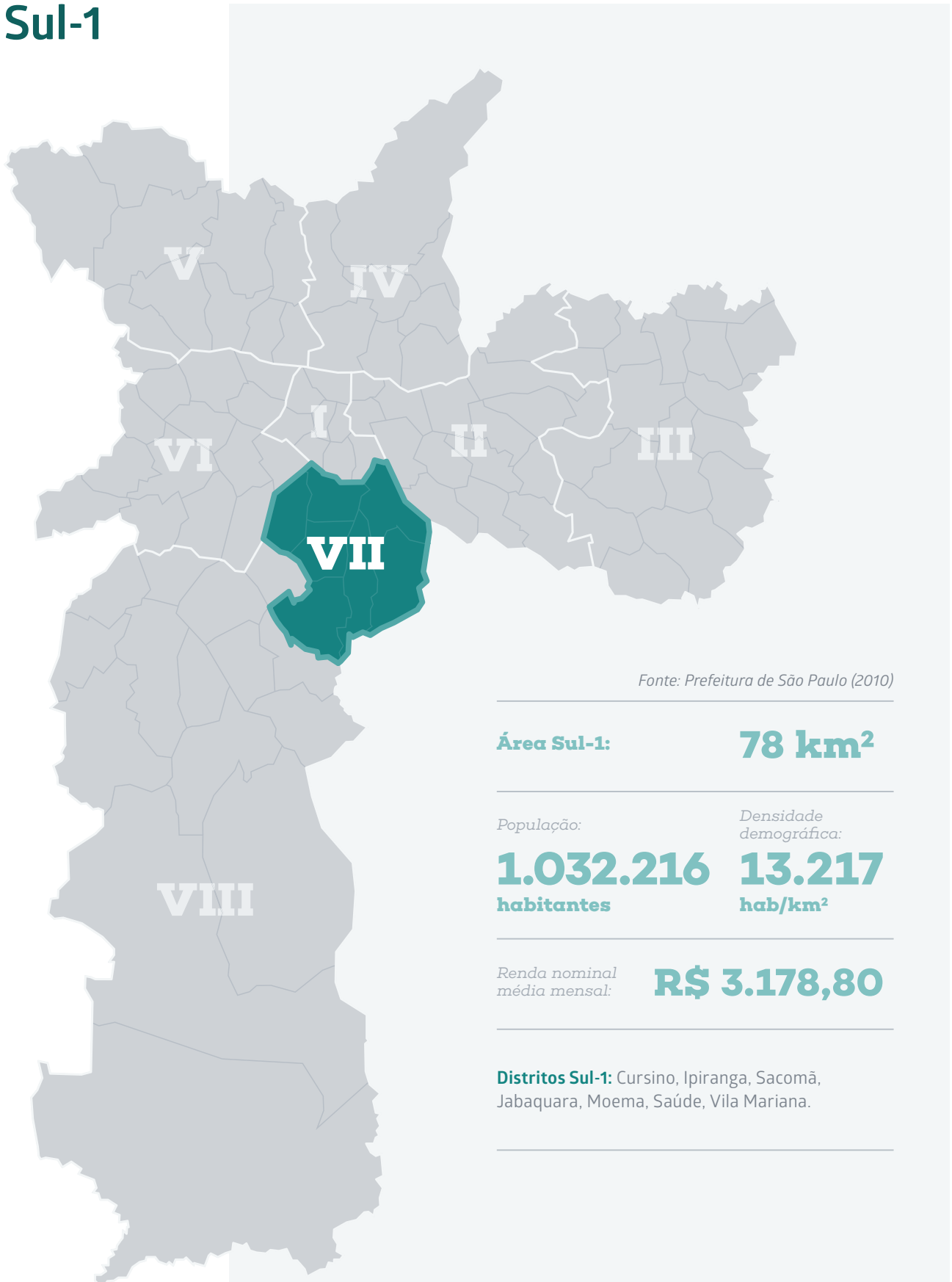
A região Oeste apresenta níveis de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia mais altos que os da cidade de São Paulo. A pontuação de tolerância política é a mesma no município e na zona.

Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Oeste



Raio-X das Regionais **VII**

Sul-1



Fonte: Prefeitura de São Paulo (2010)

Área Sul-1: **78 km²**

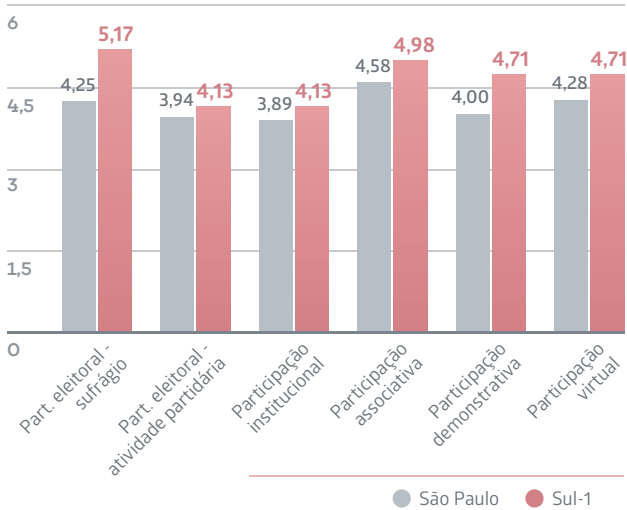
População:	Densidade demográfica:
1.032.216	13.217
habitantes	hab/km ²

Renda nominal média mensal: **R\$ 3.178,80**

Distritos Sul-1: Cursino, Ipiranga, Sacomã, Jabaquara, Moema, Saúde, Vila Mariana.

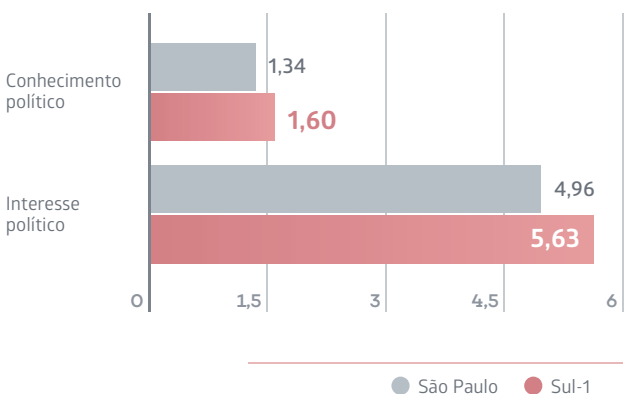
Os níveis de Participação Política na região Sul-1 são mais altos que os da cidade de São Paulo em todos os componentes. Eles se aproximam nos casos de atividade partidária e de participação institucional.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Sul-1



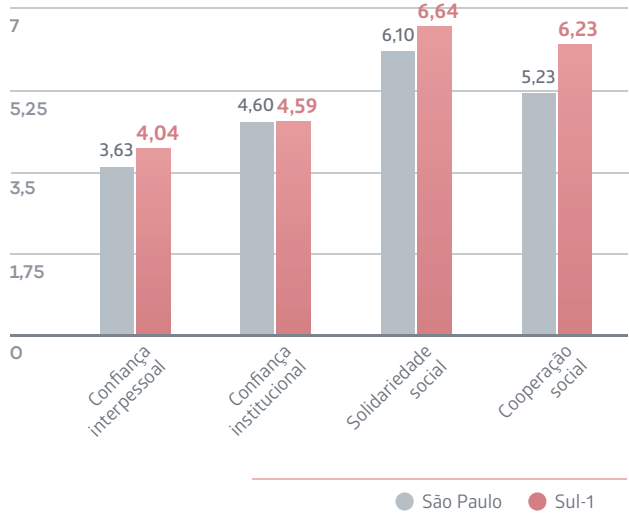
As pontuações de conhecimento e de interesse político da região Sul-1 são mais altas que as da cidade de São Paulo.

Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Sul-1



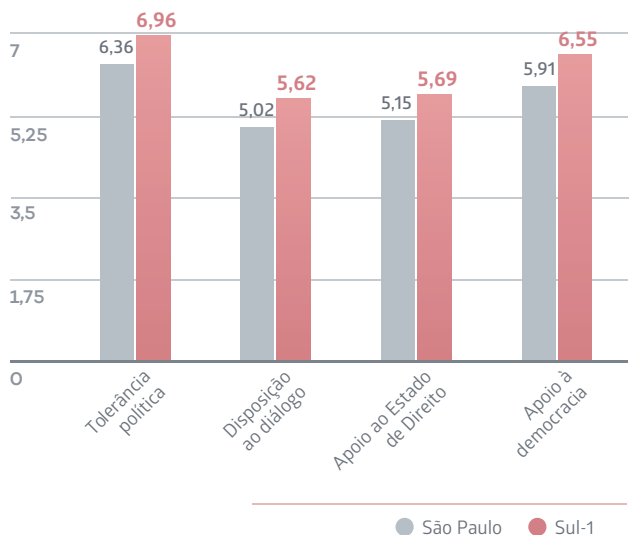
A região Sul-1 apresenta níveis de confiança interpessoal, de solidariedade e de cooperação social mais altos que os da cidade de São Paulo, enquanto a pontuação de confiança institucional é praticamente a mesma para a zona e para o município. Esta é a região com mais alta nota de cooperação social.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Sul-1



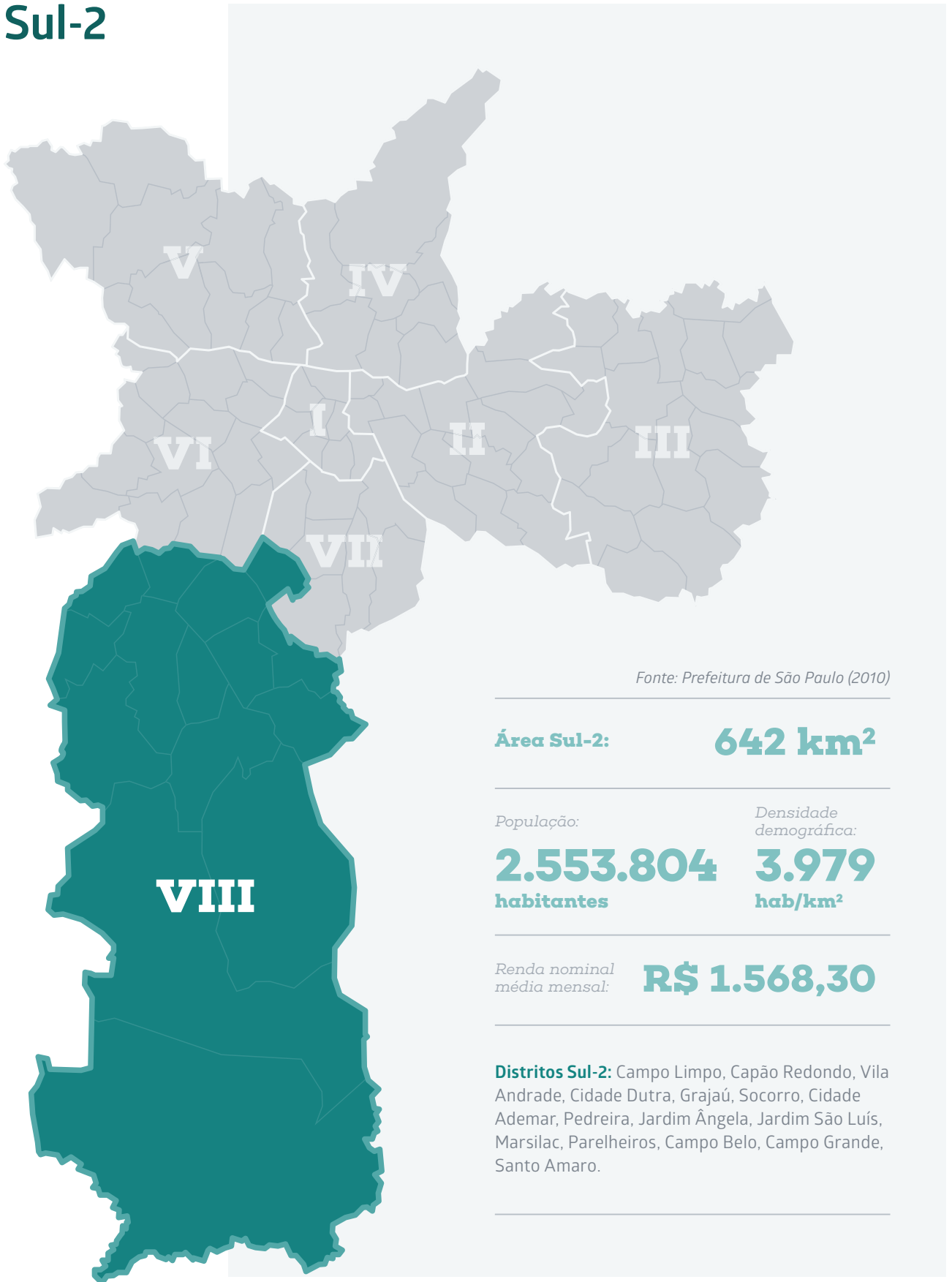
A região Sul-1 apresenta níveis mais altos de tolerância política, de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia que a cidade de São Paulo. Esta é a zona com mais alta nota em tolerância política e em apoio ao Estado de Direito.

Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Sul-1



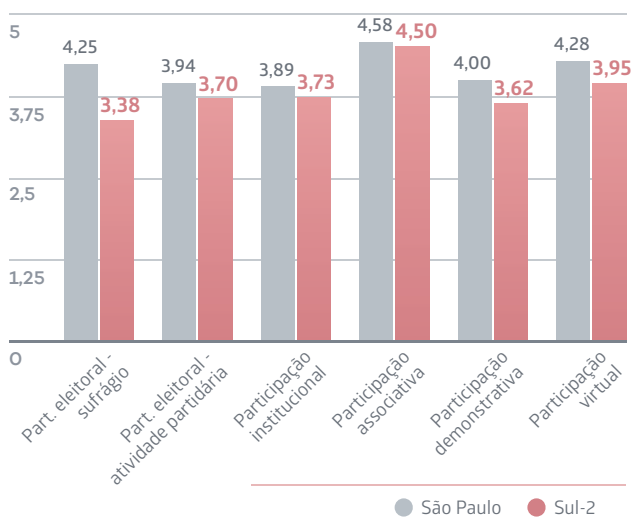
Raio-X das Regionais **VIII**

Sul-2



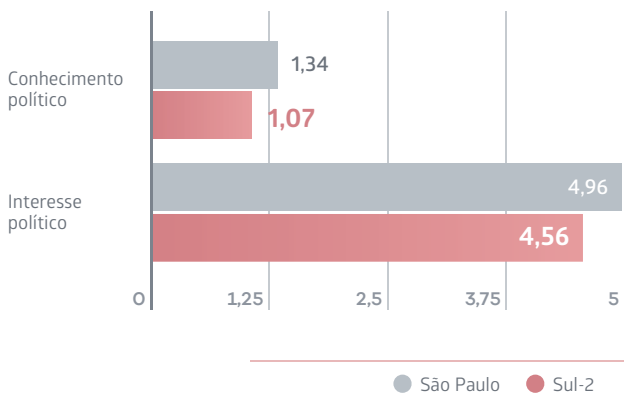
A região Sul-2 apresenta mais baixos níveis de Participação Política que a cidade de São Paulo, mas as notas são praticamente as mesmas em participação associativa. Essa é a região com menor nota no componente de sufrágio.

Comparação dos componentes de Participação Política - São Paulo e Sul-2



A região Sul-2 apresenta níveis mais baixos de conhecimento e de interesse político que a cidade de São Paulo. Esta é a zona com menor nota em conhecimento político.

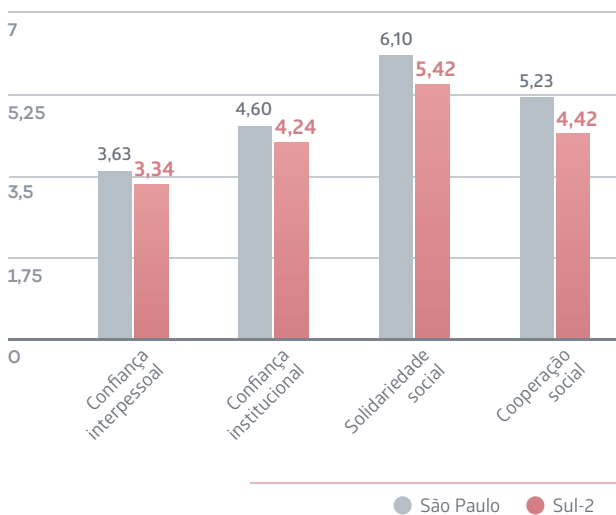
Comparação dos componentes de Dimensão Cognitiva - São Paulo e Sul-2



A região Sul-2 apresenta níveis de confiança, de solidariedade e de cooperação social mais baixos que os da cidade de São Paulo. É a zona com menor pon-

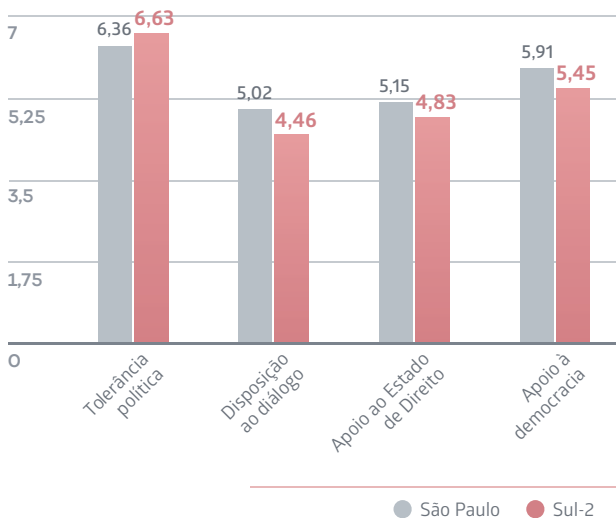
tução em confiança institucional, em solidariedade social e em cooperação social.

Comparação dos componentes de Vida Comunitária - São Paulo e Sul-2



A região Sul-2 apresenta níveis mais baixos de disposição ao diálogo, de apoio ao Estado de Direito e de apoio à democracia que a cidade de São Paulo. A pontuação de tolerância política é mais alta na zona que no município. Essa é a região com piores notas em apoio ao Estado de Direito e à democracia.

Comparação dos componentes de Normas e Valores - São Paulo e Sul-2



REFERÊNCIAS

- Aalberg, T., & Curran, J. (2012). *How media inform democracy: a comparative approach*. London: Routledge.
- Cepaluni, G., & Hidalgo, F. D. (2016). *Compulsory voting can increase political inequality: Evidence from Brazil*. *Political Analysis*, 24(2), 273–280.
- Coppedge, M. (2012). *Democratization and Research Methods*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Delli Carpini, M., & Keeter, S. (1996). *What Americans Know About Politics and Why it Matters*. New Haven: Yale University Press.
- Diamond, L. (2017). Para entender a democracia. Curitiba: Instituto Atuação.
- Elkins, Z. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as conseqüências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, 6(1), 109–136.
- Fuks, M., Casalecchi, G. A., & David, F. (2016). Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, (19), 199–219.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press.
- Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press.
- Latinobarómetro. (2018). *Informe 2018*. Retrieved from www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.p
- Levitsky, S., & Ziblatt, D. (2018). *How democracies Die*. New York: Crown.
- Lijphart, A. (1997). Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma. *The American Political Science Review*, 91(1), 1–14.
- Moisés, J. Á., & Carneiro, G. P. (2008). Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. *Opinião Pública*, 14(1), 1–42. <https://doi.org/10.1590/s0104-62762008000100001>
- Newton, K., Stolle, D., & Zmerli, S. (2018). Social and political trust. In E. M. Uslaner (Ed.), *The Oxford Handbook of Social and Political Trust* (pp. 37–56). New York: Oxford University Press.
- Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. <https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511609343>
- Power, T. J. (2009). Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil. *Journal of Politics in Latin America*, 1(1), 97–122.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Quintelier, E., Hooghe, M., & Marien, S. (2011). The effect of compulsory voting on turnout stratification patterns: A cross-national analysis. *International Political Science Review*, 32(4), 396–416.
- Ribeiro, E. (2011). Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 167–182.
- Rocher, G. (1992). *Introduction à la Sociologie Générale*.
- Runciman, D. (2018). *How democracy ends*. Basic Books.
- Singh, S. P. (2018). Compulsory Voting and Dissatisfaction with Democracy. *British Journal of Political Science*, 48(3), 843–854. <https://doi.org/10.1017/S0007123416000041>
- Van Aelst, P., Strömbäck, J., Aalberg, T., Esser, F., de Vreese, C., Matthes, J., ... Stanyer, J. (2017). Political communication in a high-choice media environment: a challenge for democracy? *Annals of the International Communication Association*, 41(1), 3–27. <https://doi.org/10.1080/23808985.2017.1288551>
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Harvard University Press.



SIVIS

O **Instituto Sivis** é uma organização apartidária e sem fins lucrativos, que tem o propósito de desenvolver a cultura democrática em nossa sociedade, a fim de contribuir para a construção de um Brasil colaborativo, honesto e democrático. Para isso, o Instituto Sivis realiza pesquisas e experimentos para identificar o que precisa mudar e, então, ativar uma poderosa rede de pessoas e instituições com influência para suscitar transformações em nossa cultura e sociedade.

WWW.SIVIS.ORG.BR



ÍNDICE · DE
DEMOCRACIA
LOCAL ·

Apoio



Patrocínio



Oferecimento

GAZETA DO POVO

VOTORANTIM

Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

